



Boletim Mensal de Actividade Económica

Nº 7/2007

Índice

Sumário	2
Seleção de Indicadores de Actividade Económica	3
Conjuntura	4
1. Conjuntura Internacional	4
2. Conjuntura Nacional	8
3. Dinâmica Sectorial	12
Artigos	
4. Ensaio: <i>Does distance matter for determining regional income in the European Union? An approach through the market potential concept</i> por Jesús López-Rodríguez e J. Andrés Faíña	16
5. Competitividade: Governance Matters 2007	19
6. Agenda	23
Abreviaturas Utilizadas	28
Anexo Estatístico: Indicadores de Actividade Económica (em Excel)	

Sumário

- O FMI na actualização do World Economic Outlook reviu em alta de +0,3 p.p. o crescimento da **Zona Euro** para 2007, fixando a sua estimativa em 2,6%. A economia dos **EUA** acelerou no 2º trimestre de 2007, crescendo 3,4% em termos anualizados após 0,6% no 1º trimestre.
- Em Junho de 2007, o **preço relativo do petróleo** importado situou-se em cerca de 54,4% do valor máximo atingido durante a crise petrolífera de 1979.
- Os indicadores avançados da **actividade económica** disponíveis para o 2º trimestre de 2007 apontam no sentido da sustentação da recuperação, com o Indicador de Sentimento Económico a registar no 2º trimestre de 2007 o melhor nível dos últimos seis anos. Em Julho, este apresenta uma ligeira desaceleração. Também o Indicador Coincidente Mensal mantém, no 2º trimestre de 2007, a tendência de crescimento dos trimestres anteriores.
- No que respeita ao **consumo privado**, o nível de confiança dos consumidores apresentou uma ligeira melhoria, mantendo o Indicador Coincidente do Consumo Privado a tendência de desaceleração no 2º trimestre de 2007.
- Relativamente ao **Investimento**, verificou-se uma recuperação do indicador de FBCF em Maio, e uma melhoria do indicador de confiança na construção no 2º trimestre de 2007. No entanto, as vendas de cimento mantiveram a desaceleração do 1º trimestre, e a produção e as Novas Encomendas de Bens de Investimento revelaram um abrandamento.
- No que se refere ao **comércio externo**, os valores divulgados pelo Banco de Portugal, para o 2º trimestre de 2007, apontam para crescimentos nominais homólogos de cerca de 5,6% nas “exportações” de bens e de cerca de 5,1%, nas “importações”.
- No 2º trimestre de 2007, assinala-se a desaceleração dos indicadores avançados para a **Indústria**, nomeadamente do Índice de Produção Industrial e do Índice de Volume de Negócios. O Índice de Volume de Negócios da Indústria Transformadora revela um comportamento semelhante ao do indicador global do sector, enquanto que o Índice de Produção Industrial reflecte uma desaceleração menos acentuada.
- No sector da **Construção**, os indicadores mensais reflectem a manutenção da evolução registada anteriormente, com um desagravamento do indicador de produção e do índice de Emprego, e com estabilização dos níveis de confiança em Julho.
- No sector dos **Serviços**, regista-se no mês de Julho, uma subida dos indicadores qualitativos, em particular da tendência actual do volume de vendas e de confiança.
- No sector do **Comércio**, regista-se uma evolução favorável do indicador do Volume de Vendas, também evidenciada no subsector do Comércio a Retalho, com o Índice de Emprego a registar uma subida no 2º trimestre.
- Foi publicado pelo Banco Mundial, o **Governance Matters - Worldwide Governance Indicators** de 2007, que pretende medir a *performance* da governança dos países analisados, assim como a sua evolução ao longo do tempo. Portugal situa-se à frente dos EUA e do Japão e de 15 países da UE, nomeadamente, da Itália, Grécia e Espanha e dos 12 países dos dois alargamentos da UE na dimensão “Responsabilização”. Na dimensão “Estabilidade Política e Ausência de Violência”, Portugal apresenta, o seu melhor desempenho em termos relativos face ao grupo de países seleccionados.

SELECÇÃO DE INDICADORES DE ACTIVIDADE ECONÓMICA

Indicadores Trimestrais / Mensais	Fonte	Última actualização	Unidade	2006				2007		2007						
				I TR 06	II TR 06	III TR 06	IV TR 06	I TR 07	II TR 07	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
Indicador de Actividade Económica	INE	20-07-2007	M3M	1,2	0,7	0,6	0,6	1,1		0,9	0,9	1,1	1,5	1,7		
Indicador Coincidente	BP	20-07-2007	VH	0,4	0,7	1,2	1,5	1,8	2,1	1,7	1,8	1,9	2,0	2,1	2,2	
Indicador de Clima Económico	INE	02-08-2007	SRE/M3M	-0,2	0,2	0,6	0,6	0,9	1,4	0,5	0,6	0,9	1,0	1,2	1,4	1,2
Indicador Composto Avançado	OCDE	10-08-2007	N/(M12M) N-12	-	-	-	-	-	-	5,9	6,2	5,5	5,1	4,2	3,8	
Indicador de FBCF	INE	20-07-2007	M3M	-1,7	-5,7	-3,5	-5,3	-2,6		-5,8	-3,8	-2,6	-0,5	1,5		
Indicador de Confiança dos Consumidores	INE	02-08-2007	VE/M3M	-37,8	-36,2	-31,9	-31,0	-33,2	-32,9	-31,3	-31,4	-33,2	-33,4	-33,0	-32,9	-33,2
Indicador de Confiança na Indústria Transformadora	INE	02-08-2007	VE/M3M	-9,6	-9,2	-5,7	-6,1	-2,0	-1,1	-5,1	-3,8	-2,0	-1,3	-1,1	-1,1	-2,0
Indicador de Confiança na Construção	INE	02-08-2007	VE/M3M	-46,0	-47,7	-47,7	-48,7	-43,8	-40,7	-46,7	-46,7	-43,8	-43,3	-41,0	-40,7	-40,7
Indicador de Confiança no Comércio	INE	02-08-2007	VE/M3M	-8,3	-9,5	-6,8	-6,3	-6,3	-6,5	-8,2	-7,1	-6,3	-5,8	-6,1	-6,5	-7,6
I. Confiança nos Serviços Prestados às Empresas	INE	02-08-2007	VCS/M3M	-2,3	1,7	4,5	7,2	6,6	9,1	7,2	6,3	6,6	8,7	9,4	9,1	8,3
Índice Volume Negócios na Ind. Transformadora	INE	03-08-2007	VH, M3M	5,6	4,9	7,1	7,1	7,1	5,4	6,8	7,3	7,1	7,5	6,4	5,4	
Índice Volume Negócios Comércio a Retalho	INE	31-07-2007	VH, M3M	1,6		4,9	3,4	4,0	1,8	3,3	3,2	4,0	3,3	2,6	1,8	
Índice Volume Negócios nos Serviços	INE	11-07-2007	VH, M3M	-0,6	-0,7	2,9	0,2	3,7	0,7	0,7	1,5	3,7	4,4	4,1		
Índice de Produção Industrial - Total	INE	30-07-2007	VHVCS	1,1	2,2	3,6	4,2	4,3	1,9	5,6	5,0	2,4	2,9	2,3	0,6	
Índice de Produção Industrial - Indústria Transformadora	INE	30-07-2007	VHVCS	1,7	1,5	3,5	2,5	4,7	3,9	4,9	5,6	3,7	6,4	3,9	1,7	
Preços no Consumidor (IHPC)	INE	17-07-2007	VM12	-	-	-	-	-	-	3,0	3,0	2,9	2,8	2,7	2,6	
Preços Consumidor (HPC) (Zona Euro 13)	Eurostat	16-07-2007	VM12	-	-	-	-	-	-	2,1	2,1	2,1	2,0	2,0	1,9	
Balança Bens e Serviços	BP	19-07-2007	VH	11,0	7,4	8,8	5,4	2,0		7,9	0,6	-1,6	8,6	3,9		
Importações: Bens	BP	19-07-2007	VH	17,7	9,8	8,9	4,1	3,0		2,4	6,4	0,7	8,1	6,0		
Importações: Serviços	BP	19-07-2007	VH	12,2	12,9	13,5	13,2	11,0		15,9	11,8	6,3	13,8	1,6		
Exportações: Bens	BP	19-07-2007	VH	16,9	15,0	15,0	15,1	16,1		15,8	19,6	13,6	17,7	16,5		
Exportações: Serviços	BP	19-07-2007	VH													

Nota: ➤ Indica que houve alteração nos últimos oito dias.

Indicadores Anuais / Trimestrais	Fonte	Última Actualização	Unidade	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2005			2006				2007
				II TR 05	III TR 05	IV TR 05	I TR 06	II TR 06	III TR 06	IV TR 06	I TR 07						
PIBpm	INE	08-06-2007	Milhões euros	129 309	135 434	138 582	144 223	148 928	155 216	37 132	37 412	37 852	37 927	38 637	39 054	39 598	39 979
PIBpm	INE	08-06-2007	Milhões dólares	115 797	128 024	156 780	179 334	185 294	194 977	46 782	45 623	44 989	45 590	48 543	49 757	51 088	52 392
PIBpm	INE	08-06-2007	VH Real	2,0	0,8	-0,7	1,3	0,5	1,3	0,5	0,5	1,0	1,1	0,9	1,6	1,6	2,0
PIBpm (Zona Euro 13)	Eurostat	11-06-2007	VH Real	1,9	0,9	0,8	1,8	1,6	2,9	1,4	1,8	1,9	2,4	2,9	2,8	3,3	3,0
Consumo Privado	INE	08-06-2007	VH Real	1,3	1,3	-0,1	2,5	2,2	1,2	3,2	1,2	1,3	1,1	0,4	1,8	1,3	1,2
Consumo Público	INE	08-06-2007	VH Real	3,3	2,6	0,2	2,5	2,2	-0,5	2,7	2,0	1,1	0,3	-0,4	-0,8	-0,9	-0,8
Investimento (FBCF)	INE	08-06-2007	VH Real	1,0	-3,5	-7,4	1,2	-3,2	-1,6	-2,2	-4,4	-3,5	-1,0	-1,0	-1,5	-2,8	-1,1
FBCF sem construção	INE	08-06-2007	VH Real	-1,5	-3,7	-4,9	3,8	-1,7	3,0	-0,7	-2,0	-2,6	0,7	5,7	4,2	1,5	1,0
Exportações Bens e Serviços	INE	08-06-2007	Milhões euros	37 361	37 880	38 790	41 025	42 501	48 311	10 531	10 796	10 921	11 563	11 928	12 368	12 452	12 978
Exportações Bens e Serviços	INE	08-06-2007	Milhões dólares	33 463	35 813	43 867	51 004	52 857	60 708	13 268	13 166	12 980	13 899	14 986	15 758	16 066	17 008
Exportações Bens e Serviços	INE	08-06-2007	VH Real	1,8	1,5	3,9	4,4	1,1	8,7	0,4	2,6	2,6	8,4	7,4	9,1	10,1	8,1
Importações Bens e Serviços	INE	08-06-2007	VH Real	0,9	-0,7	-0,8	6,6	1,9	4,3	3,2	0,8	-0,6	5,0	2,6	5,4	4,4	1,9
Balança Corrente / PIB pm (fim de período)	BP/INE	08-06-2007	% PIB	-9,9	-8,1	-6,1	-7,7	-9,7	-9,4	-10,5	-9,4	-9,7	-11,0	-10,8	-9,5	-9,4	-8,7
Stock IDE / PIB pm (fim de período) (2)	BP/INE	26-06-2007	% PIB	31,6	31,4	35,5	35,2	37,3	41,8	36,9	37,5	37,3	38,5	39,4	40,7	41,8	42,4
Saldo Primário / PIB pm - Subsector Estado (3)	DGO/INE	08-06-2007	% PIB	-0,5	-0,8	-0,6	-3,8	-3,5	-1,9	-1,2	-2,9	-3,5	-1,9	-1,4	-1,1	-1,9	-1,7
Saldo total - SPA (4)	DGO/INE	28-03-2007	% PIB	-4,4	-4,1	-5,4	-5,2	-6,0	-3,9								
Custo Real Unitário de Trabalho (1)	AMECO	08-05-2007	2000 = 100	101,5	101,3	101,4	100,0	99,6	98,6	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo Nominal Unitário de Trabalho Relativo à UE 15	AMECO	08-05-2007	2000 = 100	102,5	104,0	104,9	105,2	106,1	106,9	-	-	-	-	-	-	-	-
Emprego Total	INE	17-05-2007	Milhar	5 112	5 137	5 118	5 123	5 123	5 159	5 132	5 130	5 134	5 127	5 181	5 187	5 143	5 136
População desempregada	INE	17-05-2007	Milhar	214	271	342	365	422	428	399	430	447	430	406	417	459	470
Taxa de desemprego - Portugal	INE	17-05-2007	(%)	4,0	5,0	6,3	6,7	7,6	7,7	7,2	7,7	8,0	7,7	7,3	7,4	8,2	8,4
Norte	INE	17-05-2007	(%)	3,7	4,9	6,8	7,7	8,8	8,9	8,7	8,8	9,0	8,9	8,4	8,5	9,7	9,5
Centro	INE	17-05-2007	(%)	2,5	3,0	3,6	4,3	5,2	5,5	4,5	5,4	6,0	5,5	5,1	5,5	5,8	6,7
Lisboa	INE	17-05-2007	(%)	5,3	6,5	8,1	7,6	8,6	8,5	8,0	9,0	9,0	8,5	8,1	8,4	8,9	8,8
Alentejo	INE	17-05-2007	(%)	5,9	6,6	8,2	8,8	9,1	9,2	8,5	9,4	9,4	9,8	8,9	8,7	9,3	9,5
Algarve	INE	17-05-2007	(%)	3,8	5,3	6,1	5,5	6,2	5,5	6,3	5,3	5,9	5,9	5,0	5,1	6,1	6,9
R.A. Açores	INE	17-05-2007	(%)	2,3	2,5	2,9	3,4	4,1	3,8	4,3	4,2	4,4	4,2	3,8	3,3	4,0	4,7
R.A. Madeira	INE	17-05-2007	(%)	2,5	2,5	3,4	3,0	4,5	5,4	3,9	4,4	5,1	4,6	5,0	6,1	5,8	6,9
VAB - Total preços constantes	INE	08-06-2007	Milhões euros	109 133	109 954	109 503	111 006	110 974	112 430								
Agricultura, Silvicultura e Pescas	INE	08-06-2007	VH Real	2,4	0,8	-0,4	1,4	0,0	1,3	0,0	-0,3	0,4	1,0	0,8	1,7	1,7	2,0
Indústria, Electricidade, Gás e Água	INE	08-06-2007	VH Real	-3,2	2,3	-2,3	1,1	-8,1	8,2	-10,2	-9,3	-4,8	3,7	9,1	11,1	9,0	3,6
Construção	INE	08-06-2007	VH Real	1,8	-0,5	0,2	0,8	-1,3	2,0	-1,2	-1,2	0,6	2,0	0,3	3,0	2,7	3,9
Comércio, Restauração e Hóteis	INE	08-06-2007	VH Real	2,8	-4,0	-8,7	-0,8	-3,7	-5,3	-2,9	-5,5	-3,3	-2,1	-6,7	-6,3	-6,2	-2,4
Transp. e Comunicações, Activ. Financeiras, Outros Serviços	INE	08-06-2007	VH Real	0,8	-1,1	-2,4	1,8	1,8	1,8	2,1	1,4	1,3	0,7	1,6	2,7	2,1	2,7

(1) Portugal

(2) Valor do PIB considerado = Soma móvel 4 trimestres

(3) fim de período

(4) Excl. efeitos das medidas temporárias até ao ano de 2004 incl.

'Exportações' de mercadorias - (peso no total e t.v.h)						
	2002	2003	2004	2005	2006	últimos 12m até Abr 07
UE-25	81,3	81,0	80,9	80,0	77,5	77,0
t.v.h.	1,9	2,1	6,1	1,7	8,8	10,6
Espanha	20,9	23,8	25,8	27,0	27,4	27,2
t.v.h.	10,3	16,5	15,4	7,5	14,0	12,8
Terceiros	18,7	19,0	19,1	20,2	22,8	23,0
t.v.h.	1,3	4,4	7,1	8,6	26,8	24,0

Nota: Quebra de série em 2004. Passa a incluir estimativa abaixo do limiar e das não-respostas no Intra-UE

Taxa de Cobertura (%)					
	2002	2003	2004	2005	últimos 12m até Abr 07
	64,5	67,3	64,1	62,5	66,8

Taxas de variação homóloga em valor das 'exportações' por agrupamentos de produtos							
	Estr. 06	02/01	03/02	04/03	05/04	06/05	últimos 12m até Abr 07
Máquinas	19,8	3,5	2,6	2,2	1,3	19,1	21,6
Material de Transporte	13,2	-2,9	4,9	6,1	-5,9	6,1	17,5
Vestuário e Calçado	11,0	-4,8	-2,5	-4,6	-8,2	-2,3	-0,9
Químicos	10,3	10,2	11,2	15,0	14,0	10,8	8,9
Minérios e Metais	10,3	6,6	6,2	34,3	10,8	29,3	26,7
Madeira, Cortiça e Papel	8,7	0,9	2,7	1,7	1,6	8,0	8,6
Agro-Alimentares	8,7	9,8	1,5	9,6	12,6	11,4	11,4
Outros	17,9	2,6	0,2	7,2	7,4	15,7	1

1. Conjuntura Internacional

O Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê um ligeiro abrandamento do ritmo de crescimento mundial em 2007 face a 2006. Nas suas últimas previsões (Julho de 2007) reviu em alta de 0,3 p.p. a estimativa de crescimento para a Economia Mundial em 2007, apontando para 5,2% (Quadro 1.1). Para 2008, esta instituição estima também um crescimento idêntico (+0,3 p.p. do que nas previsões anteriores). O FMI estima um crescimento real de 7,1% para o comércio mundial de bens e serviços em 2007, embora em desaceleração face a 2006. Para 2008 estima uma nova recuperação do comércio mundial, para 7,4% (Quadro 1.2).

Quadro 1.1
Previsões de Crescimento da Economia Mundial

Taxa de Crescimento Real do PIB em %

	2006			2007			2008		
	FMI Julho-07	OCDE Maio-07	CE Maio-07	FMI Julho-07	OCDE Maio-07	CE Maio-07	FMI Julho-07	OCDE Maio-07	CE Maio-07
MUNDO	5,5	-	5,2	5,2	-	4,8	5,2	-	4,8
OCDE	-	3,2	-	-	2,7	-	-	2,7	-
ZONA EURO	2,8	2,8	2,7	2,6	2,7	2,6	2,5	2,3	2,5
ESPAÑA	3,9	3,9	3,9	3,8	3,6	3,7	3,4	2,7	3,4
ALEMANHA	2,8	3,0	2,7	2,6	2,9	2,5	2,4	2,2	2,4
R. UNIDO	2,8	2,8	2,8	2,9	2,7	2,8	2,7	2,5	2,5
EUA	3,3	3,3	3,3	2,0	2,1	2,2	2,8	2,5	2,7
CHINA	11,1	10,6	10,7	11,2	10,3	10,5	10,5	10,7	10,4
JAPÃO	2,2	2,2	2,2	2,6	2,4	2,3	2,0	2,1	2,1

Fontes: FMI, World Economic Outlook, Julho de 2007; OCDE, Economic Outlook N°81, Maio de 2007
CE- Comissão Europeia, "Economic Forecasts, Spring 2007".

Quadro 1.2

Comércio Mundial

	2006			2007			2008		
	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE	CE
- Crescimento real do Com. Mundial (%)									
Imp.+ Exp.de bens e serviços	9,4	9,6	..	7,1	7,5	..	7,4	8,3	..
Imp. de bens e serviços *	7,6	7,3	8,7	4,6	4,2	7,4	6,0	5,9	7,3
Exp. de bens e serviços *	8,5	8,9	8,9	5,5	6,0	7,7	6,2	7,1	7,3
Imp.+ Exp.de bens	9,5	7,2	7,7
Imp. de bens *	7,8	..	9,2	4,9	..	7,7	5,8	..	7,6
Exp. de bens *	8,9	5,3	6,0
- Exportações Mundiais em valor (biliões de US dólares)									
Bens e serviços	14,717	16,139	17,456
Bens	11,920	13,052	14,137

* FMI - economias avançadas; OCDE - países membros

Fontes: FMI, World Economic Outlook, Abril e Julho de 2007; OCDE, Economic Outlook N° 81, Maio de 2007; CE-Com. Europeia, "Economic Forecasts" - Spring 2007

De acordo com a estimativa avançada do *Bureau of Economic Analysis* do Departamento de Comércio, a actividade económica dos **EUA** acelerou no 2º trimestre de 2007, crescendo 3,4% em termos anualizados após 0,6% no 1º trimestre. Esta aceleração reflecte principalmente acréscimos nas exportações, no

investimento não residencial e no consumo público. O FMI (Julho 2007) reviu em baixa de 0,2 p.p. a estimativa de crescimento para a economia norte-americana em 2007, situando a previsão em 2,0%, em resultado de uma quebra do investimento residencial superior à estimada anteriormente (Quadro 1.3).

Quadro 1.3

Principais Indicadores e Previsões Macroeconómicas dos EUA

EUA	2006			2007			2008		
	FMI Abril-07	OCDE Maio-07	CE Maio-07	FMI Abril-07	OCDE Maio-07	CE Maio-07	FMI Abril-07	OCDE Maio-07	CE Maio-07
Crescimento real em %:									
PIB	3,3	3,3	3,3	2,0*	2,1	2,2	2,8	2,5	2,7
-Consumo privado	3,2	3,2	3,2	2,9	3,1	2,9	2,7	2,4	2,0
-Consumo Público	1,6	1,6	1,7	2,2	2,5	2,4	1,9	2,5	2,0
-FBCF	3,1	3,1	3,6	-2,1	-2,9	-1,2	3,0	1,8	4,5
-Exportações Bens e Serviços	8,9	8,9	9,0	8,0	5,6	7,0	7,0	7,1	7,2
-Importações Bens e Serviços	5,8	5,8	5,8	2,9	2,0	3,2	5,0	4,7	5,1
Contributo procura externa líquida p/ PIB	-	0,0	0,0	0,4	0,3	0,3	-	0,0	0,0
IPC (t.v.)	3,2	3,2	3,2	1,9	2,6	2,3	2,5	2,6	1,9
Taxa de Desemprego (% da pop activa)	4,6	4,6	4,6	4,8	4,6	4,7	5,0	4,8	5,0
Saldo Global do SPA (% PIB)	-2,6	-2,3	-2,3	-2,5	-2,7	-2,6	-2,5	-2,9	-2,9
Balança Corrente (% PIB)	-6,5	-6,5	-6,1	-6,1	-6,1	-5,8	-6,0	-6,2	-6,0
Taxa de Juro de curto prazo (3 meses)	5,2	5,2	5,2	5,3**	5,3	..	-	5,0	..

* FMI, World Economic Outlook, Julho de 2007

** Fevereiro de 2007

Fontes: FMI, World Economic Outlook, Abril de 2007; OCDE, Economic Outlook Nº 81, Maio de 2007

CE- Comissão Europeia, "Economic Forecasts, Spring 2007".

Relativamente à **Zona Euro**, de acordo com as últimas projecções do Eurostat (Julho de 2007) o crescimento do PIB no 1º trimestre de 2007 desacelerou para os 3,1% (3,3% no 4º trimestre de 2006), em resultado de um abrandamento no crescimento do consumo privado e das exportações. Ainda de acordo com estas projecções o intervalo de crescimento em cadeia para os 2º e 3º trimestres de 2007, situa-se entre 0,4% e 0,8%. Para o 4º trimestre, o intervalo de crescimento em cadeia previsto situa-se entre 0,3% e 0,8%.

O FMI na actualização do *World Economic Outlook* (Julho de 2007) reviu em alta de +0,3 p.p. o crescimento da Zona Euro para 2007, fixando a sua estimativa em 2,6% (Quadro 1.4). Para 2008, o FMI estima uma taxa de crescimento de 2,5% (+0,2 p.p. face às previsões anteriores) De acordo com esta instituição será sobretudo a procura interna, nomeadamente o consumo, o responsável por este crescimento.

Quadro 1.4

Principais Indicadores e Previsões Macroeconómicas da Zona Euro

Zona Euro	2006			2007			2008		
	FMI Abril-07	OCDE Maio-07	CE Maio-07	FMI Abril-07	OCDE Maio-07	CE Maio-07	FMI Abril-07	OCDE Maio-07	CE Maio-07
Crescimento real em %:									
PIB	2,8*	2,8	2,7	2,6*	2,7	2,6	2,5*	2,3	2,5
-Consumo privado	1,9	1,9	1,8	1,7	2,0	2,1	2,0	2,3	2,4
-Consumo Público	2,1	2,1	2,1	1,4	1,8	1,8	1,6	1,6	1,8
-FBCF	4,5	5,1	4,7	4,1	4,3	4,4	3,6	3,0	3,6
-Exportações Bens e Serviços	8,2	-	8,2	5,7	-	6,7	5,3	-	6,0
-Importações Bens e Serviços	7,6	-	7,7	5,6	-	6,7	5,5	-	6,2
Contributo procura externa líquida p/ PIB	0,4	0,3	0,3	0,1	0,3	0,1	-	0,0	0,0
IHPC (t.v.)	2,2	2,2	2,2	2,0	1,8	1,9	2,0	2,0	1,9
Taxa de Desemprego (% da pop activa)	7,7	7,8	7,9	7,3	7,1	7,3	7,1	6,7	6,9
Saldo Global do SPA (% PIB)	-1,6	-1,6	-1,6	-1,2	-1,0	-1,0	-1,1	-0,7	-0,8
Balança Corrente (% PIB)	-0,3	0,1	0,0	-0,3	0,4	0,2	-0,4	0,4	0,1
Taxa de Juro de curto prazo (3 meses)	3,5	3,1	3,1	3,5**	4,1	-	-	4,3	-

* FMI, World Economic Outlook, Julho de 2007

** Fevereiro de 2007

Fontes: FMI, World Economic Outlook, Abril de 2007; OCDE, Economic Outlook Nº81, Maio de 2007

CE- Comissão Europeia, "Economic Forecasts, Spring 2007".

De acordo com as projecções mais recentes do Eurostat (Julho 2007), a **economia alemã** cresceu a uma taxa de 3,6% no 1º trimestre de 2007. O FMI, nas suas previsões mais recentes, estima um crescimento do PIB da Alemanha de 2,6% em 2007, o que se traduz em mais 0,8 p.p. relativamente às previsões anteriores, de Abril de 2007 (Quadro 1.5). De acordo com o FMI, o investimento, apoiado na construção, continuará a contribuir significativamente para o crescimento do PIB em 2007.

Quadro 1.5

Principais Indicadores e Previsões Macroeconómicas da Alemanha

ALEMANHA	2006			2007			2008		
	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE	CE
	Abril-07	Maio-07	Maio-07	Abril-07	Maio-07	Maio-07	Abril-07	Maio-07	Maio-07
Crescimento real em %:									
PIB	2,8*	3,0	2,7	2,6*	2,9	2,5	2,4*	2,2	2,4
-Consumo privado	0,8	1,0	0,8	0,4	0,9	1,0	1,3	1,7	2,3
-Consumo Público	1,8	1,8	1,8	0,5	1,3	1,0	1,1	1,8	0,9
-FBCF	5,6	6,4	5,6	4,7	4,9	4,9	4,1	2,7	3,7
-Exportações Bens e Serviços	12,5	12,9	12,5	6,2	9,4	8,7	4,7	7,2	7,1
-Importações Bens e serviços	11,1	11,5	11,1	5,7	7,7	8,5	5,0	7,5	7,6
Contributo procura externa líquida p/ PIB	1,1	1,2	1,1	0,6	1,2	0,5	0,2	0,4	0,2
IHPC (t.v.)	1,8	1,8	1,8	2,0	1,8	1,9	1,6	1,7	1,7
Taxa de Desemprego (% da pop activa)	8,1	8,1	8,4	7,8	6,9	7,3	7,6	6,3	7,5
Saldo Global do SPA (%PIB)	-1,7	-1,7	-1,7	-1,3	-0,7	-0,6	-1,3	-0,4	-0,3
Balança Corrente (% PIB)	5,1	5,1	4,7	5,3	6,7	5,6	5,2	7,0	5,7

* FMI, World Economic Outlook, Julho de 2007

Fontes: FMI, World Economic Outlook, Abril de 2007; OCDE, Economic Outlook Nº81, Maio de 2007

CE- Comissão Europeia, "Economic Forecasts, Spring 2007".

De acordo com as Contas Nacionais de **Espanha**, o PIB terá crescido a uma taxa de 4,1% em volume em termos homólogos, no 1º trimestre de 2007. Para esta evolução contribuiu principalmente a procura interna, em particular o investimento. As últimas Previsões do FMI reviram em alta de +0,2 p.p. o crescimento da economia espanhola em 2007, apontando para uma taxa de crescimento do PIB de 3,8% (Quadro 1.6). De acordo com estas previsões, em 2007 a actividade económica em Espanha deverá continuar apoiada na procura interna. Para 2008, o FMI estima um crescimento de 3,4%.

Quadro 1.6

Principais Indicadores e Previsões Macroeconómicas de Espanha

ESPAÑA	2006			2007			2008		
	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE	CE
	Abril-07	Maio-07	Maio-07	Abril-07	Maio-07	Maio-07	Abril-07	Maio-07	Maio-07
Crescimento real em %:									
PIB	3,9	3,9	3,9	3,8*	3,6	3,7	3,4	2,7	3,4
-Consumo privado	3,7	3,7	3,7	3,3	3,6	3,5	3,2	2,8	3,3
-Consumo Público	4,4	4,4	4,4	4,0	5,5	4,6	3,8	3,9	4,8
-FBCF	6,3	6,3	6,3	5,6	4,8	6,0	4,8	2,7	5,0
-Exportações Bens e Serviços	6,2	6,2	6,2	6,2	6,3	5,8	6,2	6,3	5,4
-Importações Bens e serviços	8,4	8,4	8,4	7,3	7,9	7,6	6,9	6,5	7,0
Contributo procura externa líquida p/ PIB	-1,0	-1,0	-1,0	-0,8	-0,9	-0,9	-0,6	-0,5	-0,9
IHPC (t.v.)	3,6	3,6	3,6	2,6	2,5	2,4	2,7	2,7	2,6
Taxa de Desemprego (% da pop activa)	8,5	8,5	8,6	7,8	8,2	8,1	7,7	8,1	7,8
Saldo Global do SPA (%PIB)	1,8	1,8	1,8	1,3	1,5	1,4	1,1	1,5	1,2
Balança Corrente (% PIB)	-8,8	-8,7	-8,5	-9,4	-10,1	-9,1	-9,8	-10,5	-9,7

* FMI, World Economic Outlook, Julho de 2007

Fontes: FMI, World Economic Outlook, Abril de 2007; OCDE, Economic Outlook Nº81, Maio de 2007

CE- Comissão Europeia, "Economic Forecasts, Spring 2007".

Em Julho, a cotação média do **petróleo (brent)** acentuou a trajectória ascendente do mês anterior, atingindo o valor máximo de sempre, ao ultrapassar os 78 dólares por barril. Nos primeiros dias de Agosto, o preço do crude iniciou uma descida, cotando-se abaixo dos 71 dólares por barril no dia 7 de Agosto. Para esta situação contribuíram principalmente os receios de uma redução do consumo nos EUA e o provável aumento das reservas de produtos petrolíferos nesta economia. No Mercado de Futuros, o preço médio do barril de petróleo rondou os 73 dólares para contratos com entrega entre Setembro e Dezembro de 2007. Para o primeiro trimestre de 2008, o preço médio do crude contratado situou-se ligeiramente acima dos 73 dólares por barril.

Em Junho de 2007, o preço de importação de petróleo em euros aumentou face ao período homólogo do ano anterior (5,6%) (Quadro 1.7). Essa evolução reflectiu uma subida do preço das ramas descarregadas, avaliadas em dólares (11,2%) e um efeito cambial favorável (-5,1%). Tomando em consideração o efeito cambial e a evolução dos preços na produção em Portugal (usando como referência o deflator do PIB), verifica-se que o preço relativo do petróleo importado se situou, em Junho de 2007, em cerca de 54,4% do valor máximo atingido durante a crise petrolífera de 1979 (Figura 1.1).

Quadro 1.7

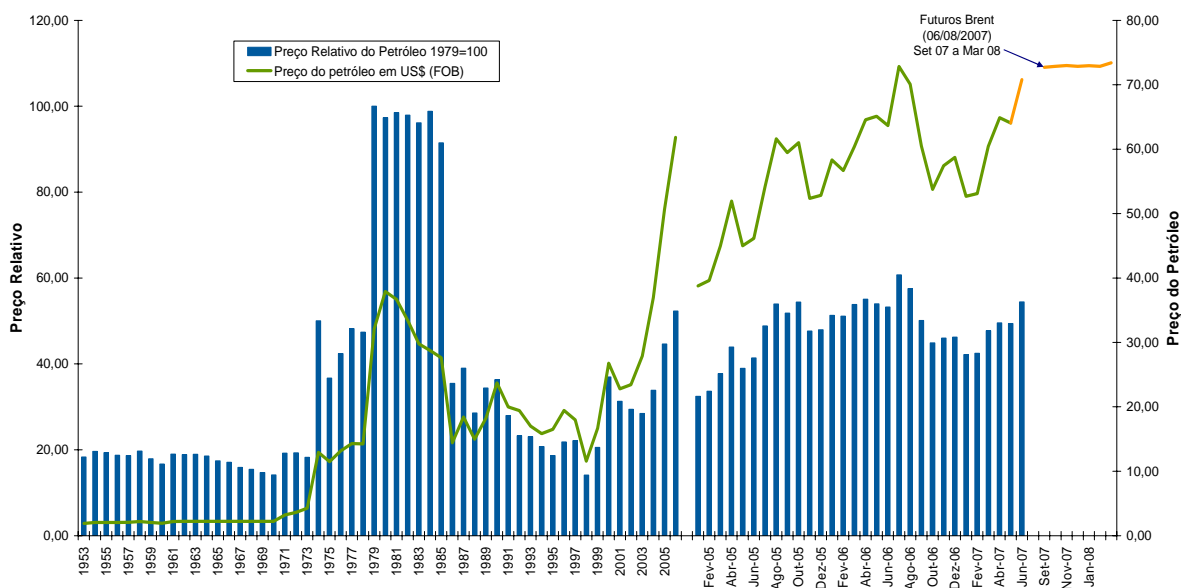
Evolução do Preço Relativo de Importação do Petróleo

	Unidade	2005	2006	2006					2006				2007					
				I TR 06	II TR 06	III TR 06	IV TR	I TR 07	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
(a) Preço de importação do petróleo (USD)	VH	37,1	22,1	42,2	35,1	16,0	2,2	-5,2	1,7	-11,9	9,7	11,1	-9,6	-6,4	0,1	0,5	-1,6	11,2
(b) Efeito Cambial	VH	-1,2	-1,2	8,7	-0,4	-3,7	-7,9	-7,6	-2,5	-3,6	-9,4	-10,6	-6,1	-8,3	-8,4	-7,5	-3,8	-5,1
(c) Preço de importação do petróleo (EUR)	VH	35,5	20,6	54,6	34,5	11,8	-5,9	-12,5	-0,8	-15,1	-0,6	-0,6	-15,1	-14,2	-8,4	-7,1	-5,4	5,6
(d) Deflator do PIB ¹	VH	2,8	2,9	2,7	3,1	2,7	1,8	3,3	2,6	2,9	2,9	3,0	3,2	3,3	3,5	3,3	3,3	3,3
(e) Preço relativo do petróleo ²	VH	31,8	17,2	50,5	30,5	8,8	-7,5	-15,3	-3,4	-17,5	-3,5	-3,5	-17,8	-16,9	-11,4	-10,0	-8,5	2,2
Por memória:																		
(f) Preço de importação do petróleo (f.o.b.) ³	USD	50,7	61,8	58,5	64,5	67,8	56,6	55,4	60,5	53,7	57,4	58,7	52,7	53,1	60,4	64,9	64,1	70,8
(g) Cotações internacionais do petróleo	USD	53,4	64,4	61,0	68,3	69,4	59,0	57,0	62,0	58,0	58,1	61,0	53,4	57,6	60,1	65,1	65,1	68,2
(f/g) Preço importação/Cotações internacionais	rácio (%)	95,0	96,0	95,8	94,4	97,7	95,9	97,2	97,5	92,7	98,9	96,3	98,7	92,2	100,6	99,7	98,4	103,8

(1) Cálculo do GEE. Sempre que não haja deflator utiliza-se o último deflator conhecido.
 (2) Cálculo do GEE. O preço relativo do petróleo é o rácio entre o preço do petróleo em euros e o deflator do PIB em Portugal.
 A contabilidade (c) = (a) + (b); (e) = (c) - (d) não se verifica exactamente pois a decomposição das taxas de crescimento não é aditiva.
 (3) Cálculo do GEE com base em dados da Galp Energia, relativos às importações mensais de ramas de petróleo bruto.
 Fontes: Cotações Internacionais - IMF (Primary Commodity Prices) - média simples dos preços U.K. Brent, Dubai e West Texas Intermediate;
 Preços de Importação - Galp Energia; Taxa de Câmbio - Galp Energia; Deflator do PIB - INE, Contas Nacionais.

Figura 1.1

Evolução do Preço Relativo do Petróleo



Fonte : Cálculos do GEE com base em dados da Galp Energia (preço do petróleo em US\$); INE (deflator do PIB - Contas Nacionais); Banco de Portugal (taxa de câmbio).
 O preço relativo do petróleo é o rácio entre a cotação do petróleo em euros e o deflator do PIB em Portugal.

2. Conjuntura Nacional

As **Contas Nacionais** publicadas pelo INE relativas ao **1º trimestre de 2007** confirmam a manutenção da recuperação da Economia Portuguesa apoiada nas exportações (Quadro 2.1). De acordo com o INE, no primeiro trimestre de 2007, a economia portuguesa acelerou tendo o Produto Interno Bruto (PIB) crescido 2,0% em volume em termos homólogos. Esta aceleração foi determinada pela procura externa líquida, que voltou a apresentar um elevado contributo para o crescimento do PIB (1,9 p.p.). As Exportações de Bens e Serviços continuaram a registar um elevado crescimento em volume (8,1%) desacelerando, no entanto, face aos dois trimestres anteriores. As Importações de Bens e Serviços (1,9%) registaram uma desaceleração mais intensa (4,4% no 4º trimestre de 2006). Por sua vez, a procura interna cresceu 0,1%. A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) registou uma quebra menos acentuada (-1,1% em termos homólogos) em resultado do desagravamento da FBCF em construção.

Quadro 2.1
Indicadores Trimestrais

Indicadores Anuais / Trimestrais	Fonte	Unidade	2004	2005	2006	3T05	4T05	1T06	2T06	3T06	4T06	1T07	2T07
PIBpm		Milhões euros	144 223	148 928	155 216	37 412	37 852	37 927	38 637	39 054	39 598	39 979	
PIBpm		VH Real	1,3	0,5	1,3	0,5	1,0	1,1	0,9	1,6	1,6	2,0	
Consumo Privado		VH Real	2,5	2,2	1,2	1,2	1,3	1,1	0,4	1,8	1,3	1,2	
Consumo Público		VH Real	2,5	2,2	-0,5	2,0	1,1	0,3	-0,4	-0,8	-0,9	-0,8	
FBCF		VH Real	1,2	-3,2	-1,6	-4,4	-3,5	-1,0	-1,0	-1,5	-2,8	-1,1	
Exportações Bens e Serviços		VH Real	4,4	1,1	8,7	2,6	2,6	8,4	7,4	9,1	10,1	8,1	
Importações Bens e Serviços		VH Real	6,6	1,9	4,3	0,8	-0,6	5,0	2,6	5,4	4,4	1,9	
FBCF sem construção	INE	VH Real	3,8	-1,7	3,0	-2,0	-2,6	0,7	5,7	4,2	1,5	1,0	
Balança Corrente / PIB (fim de período)	BP	%	-7,7	-9,7	-9,4	-9,4	-9,7	-11,0	-10,8	-9,5	-9,4	-8,7	
Saldo Total-SPA / PIB (exc. med. tempor)	DGO/INE	%	-3,3	-6,0	-3,9								
Taxa de desemprego	INE	(%)	6,7	7,6	7,7	7,7	8,0	7,7	7,3	7,4	8,2	8,4	
Inflação	INE	(%)	2,4	2,3	3,1	2,6	2,7	3,2	3,7	3,0	2,5	2,4	2,6

De acordo com o INE, a **taxa de desemprego** no 1º trimestre de 2007, fixou-se em 8,4% (8,2% no 4º trimestre de 2006) (Quadro 2.1). O Eurostat estima que a taxa de desemprego se tenha mantido em 7,9% em Junho de 2007. Em Junho, o IEFP registou uma diminuição homóloga de 12,2% (a que correspondem menos 53 880 indivíduos em termos homólogos) no número de desempregados inscritos nos centros de emprego (-13,0% em Maio). A redução do número de desempregados inscritos foi extensível ao desemprego de longa duração, que apresenta uma variação homóloga de -14,6% em Junho (-15,0% em Maio).

A **Inflação**, medida pela variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor (IPC) do INE, diminuiu 0,1 p.p. em Junho de 2007 (para 2,4%) relativamente a Maio (2,5%) (Quadro 2.2).

Quadro 2.2

Mercado de Trabalho

Mercado de Trabalho	Fonte	Unidade	2T06	3T06	4T06	1T07	2T07	Jan-07	Fev-07	Mar-07	Abr-07	Mai-07	Jun-07
Taxa de Desemprego	Eurostat	%	7,6	7,6	7,9	8,1	7,9	8,1	8,1	8,1	8,0	7,9	7,9
Desempregados inscritos	IEFP	Nº Pessoas	456 254	440 810	454 469	449 942	402 262	457 634	450 837	441 356	420 685	397 482	388 619
Varição dos desempregados inscritos	IEFP	Periodo n-Periodo (n-1)	-30 174	-15 444	13 659	-4 527	-47 680	4 983	-6 797	-9 481	-20 671	-23 203	-8 863
Desempregados inscritos	IEFP	VH	-3,1	-6,1	-6,0	-7,5	-11,8	-6,8	-7,6	-8,1	-10,4	-13,0	-12,2
Evolução do desemprego de longa duração	IEFP	VH	-2,9	-6,5	-7,8	-10,5	-14,0	-9,6	-11,1	-10,9	-12,4	-15,0	-14,6
Varição da população empregada	INE	Periodo n-Periodo (n-1)	53 900	6 500	-44 500	-7 100							
Evolução da população empregada	INE	VH	1,0	1,1	0,2	0,2							
Índice do Custo de Trabalho	Eurostat	VH	0,8	-0,7	3,2	5,7							
Índice do Custo de Trabalho (Zona Euro)	Eurostat	VH	2,6	2,4	2,2	2,2							
Por memória:													
Inflação (IPC)	INE	VH	3,7	3,0	2,5	2,4	2,6	2,6	2,3	2,3	2,8	2,5	2,4

Relativamente aos indicadores avançados de **actividade económica** (Quadro 2.3), disponíveis para o 2º trimestre de 2007, os sinais apontam no sentido da sustentação da recuperação com o Indicador de Sentimento Económico a registar no 2º trimestre de 2007 o melhor nível dos últimos seis anos. Em Julho, este apresenta uma ligeira desaceleração (100,9). O Indicador de Clima Económico apresenta em Julho uma ligeira descida face a Junho, onde verificou o melhor nível desde Junho de 2002. Também o Indicador Coincidente Mensal (Figura 2.1) mantém, no 2º trimestre de 2007, a tendência de crescimento dos trimestres anteriores situando-se nos 2,1% (1,8%, VH no 1º trimestre). O Indicador de Actividade Económica acentuou, em Maio de 2007 a tendência ascendente que se vem registando desde o início do ano (1,7% em Maio e 1,1%, M3M, no 1ºT de 2007). Apenas o Indicador Compósito Avançado da OCDE desacelerou face ao no 1º trimestre.

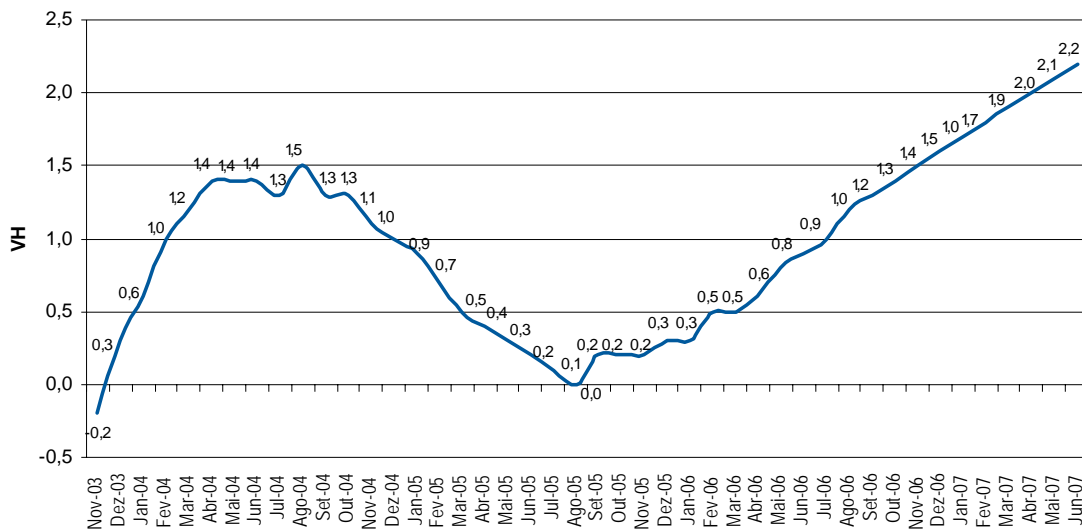
Quadro 2.3

Indicadores avançados de actividade geral

Indicadores de Actividade Geral	Fonte	Unidade	2T06	3T06	4T06	1T07	2T07	Fev-07	Mar-07	Abr-07	Mai-07	Jun-07	Jul-07
Indicador de Actividade Económica	INE	VH, M3M	0,7	0,6	0,6	1,1		0,9	1,1	1,5	1,7		
Indicador Coincidente Mensal	BP	VH	0,7	1,2	1,5	1,8	2,1	1,8	1,9	2,0	2,1	2,2	
Indicador de Clima Económico	INE	SRE/M3M	0,2	0,6	0,6	0,9	1,4	0,6	0,9	1,0	1,2	1,4	1,2
Indicador Compósito Avançado	OCDE	LI 6M	6,0	6,5	6,2	5,9	3,4	6,6	5,2	4,5	3,0	2,6	
Indicador do Sentimento Económico	Eurostat	(1990-2003)=100	92,2	95,5	98,4	100,3	101,8	101,0	100,8	101,6	102,0	101,9	100,9

Figura 2.1

Indicador Coincidente Mensal (BP)



No que respeita ao **Consumo Privado** (Quadro 2.4), o Indicador Coincidente do Consumo Privado manteve no 2º trimestre de 2007 a tendência de desaceleração, que se tem vindo a verificar desde o final do ano de 2006 (1,2% VH no 2ºT de 2007 e 1,4% VH no 1ºT), apesar de uma ligeira melhoria do nível de confiança dos consumidores. Essa evolução foi acompanhada por uma deterioração do Índice de Volume de Negócios de Comércio a Retalho, tanto na componente alimentar como na componente não alimentar, após uma evolução globalmente favorável no primeiro trimestre de 2007. Em contrapartida, verificou-se no 2º trimestre de 2007, uma melhoria considerável do Índice de Volume de Vendas no Comércio a Retalho e das Vendas de Veículos Ligeiros de Passageiros, que se acentuou em Julho, apresentando estas últimas uma variação trimestral quase positiva, pela primeira vez desde o 2º trimestre de 2005.

Quadro 2.4
Indicadores avançados do consumo privado

Indicadores de Consumo Privado	Fonte	Unidade	2T06	3T06	4T06	1T07	2T07	Fev-07	Mar-07	Abr-07	Mai-07	Jun-07	Jul-07
Indicador Coincidente do Consumo Privado	BP	VH	0,8	1,2	1,7	1,4	1,2	1,4	1,3	1,2	1,2	1,2	1,2
Indicador de Confiança dos Consumidores	INE	SRE-VE	-36,2	-31,9	-31,0	-33,2	-32,9	-32,8	-34,5	-33,0	-31,6	-34,0	-34,0
Índice de Vol. de Neg. Comércio a Retalho (p.const)	INE	VH (v.c.s)	-0,7	3,4	1,2	1,7	-0,2	0,7	4,0	-1,3	-1,0	1,8	
IVN no Comércio a Retalho de Bens Alimentares (p.const)	INE	VH (v.c.s)	2,0	5,0	2,2	3,3	1,8	0,5	6,2	1,5	1,3	2,5	
IVN no Comércio a Retalho de Bens não Alimentares (p.const)	INE	VH (v.c.s)	-2,9	2,1	0,4	0,4	-1,8	0,9	2,2	-3,7	-2,8	1,2	
Índice de Vol. de Vendas no Comércio a Retalho	INE	SRE-VE	-14,6	-15,3	-6,2	-13,2	-5,7	-16,7	-22,7	-5,6	-10,7	-0,9	5,4
Índice de V.Negócios nos Serviços - Alojamento e restauração	INE	VH	-0,3	1,6	1,4	0,8		-0,7	3,8	2,5	3,5		
Venda de Veículos Ligeiros de Passageiros	ACAP	VH	-9,2	-3,3	-7,2	-5,4	-0,1	-8,4	-1,7	-5,8	1,8	2,7	28,4

Relativamente ao **Investimento** (Quadro 2.5), o indicador de FBCF continuou a recuperar em Maio (1,5, M3M) revelando uma dinâmica favorável face ao 1º T de 2007 (-2,6, M3M). Em paralelo, verificou-se também uma ligeira melhoria do indicador de confiança na construção e uma aceleração do Índice de Produção Industrial de Máquinas e Equipamentos no 2º trimestre de 2007. Por outro lado, as vendas de cimento registaram no 2º trimestre uma descida idêntica à do 1º trimestre (-4,0 % VH), a par do IPI relativo aos Bens de Investimento e das Novas Encomendas de Bens de Investimento, que revelaram um abrandamento (2,9% e -2,9%, respectivamente, no 2ºT de 2007).

Quadro 2.5
Indicadores avançados do investimento

Indicadores de Investimento	Fonte	Unidade	2T06	3T06	4T06	1T07	2T07	Fev-07	Mar-07	Abr-07	Mai-07	Jun-07	Jul-07
Indicador de FBCF	INE	M3M	-5,7	-3,5	-5,3	-2,6		-3,8	-2,6	-0,5	1,5		
IPI - Máquinas e equipamentos	INE	VH(v.c.s)	-2,4	-2,5	-7,0	-0,5	0,0	-1,2	0,8	-1,3	0,3	1,0	
IPI - Bens de Investimento	INE	VH(v.c.s)	-0,7	1,8	1,3	6,0	2,9	8,7	4,0	4,9	1,9	2,1	
Índice de Novas Encomendas (Investimento) M Nacional	INE	VH	2,0	1,5	7,0	23,7	-2,9	1,7	45,0	-4,5	4,9	-8,8	
Importações de Bens de Investimento	INE	VH	0,8	10,0	11,3	5,0		5,5	0,2	10,3			
Indicador de Confiança na Construção	INE	SRE-VE	-47,7	-47,7	-48,7	-43,8	-40,7	-46,5	-42,0	-41,5	-39,5	-41,0	-41,5
Vendas de Cimento	BP	VH	-7,8	-8,9	-6,9	-4,0	-4,0	-6,3	-0,6	-0,6	-5,4	-5,3	
Venda de Viaturas Comerciais Ligeiras	ACAP	VH	-11,6	-2,4	3,5	-1,3	40,2	-6,4	0,6	11,0	34,7	72,7	18,0
Venda de Viaturas Comerciais Pesadas	ACAP	VH	24,8	52,0	-33,3	-1,6	-4,7	19,8	-11,7	-56,5	148,3	88,0	36,0

Em relação ao **Comércio Externo** (Quadro 2.6), os valores divulgados pelo Banco de Portugal, para o 2º trimestre de 2007, apontam para crescimentos nominais homólogos de cerca de 5,6% nas “exportações” de bens (11,0 % no 1º trimestre de 2007) e de cerca de 5,1%, nas “importações” (2,0% no 1º trimestre).

Quadro 2.6
Balança de Bens e Serviços e Indicadores Avançados de Procura Externa

	Fonte	Unidade	2T06	3T06	4T06	1T07	2T07	Mar-07	Abr-07	Mai-07	Jun-07	Jul-07
BENS	BP	VH	-2,2	0,2	-8,2	-16,1	4,1	-18,1	-0,9	9,2	4,0	
Crédito (Saídas)	BP	VH	12,9	13,5	13,2	11,0	5,6	6,3	13,8	1,6	2,9	
Débito (Entradas)	BP	VH	7,4	8,8	5,4	2,0	5,1	-1,6	8,6	3,9	3,2	
SERVIÇOS	BP	VH	27,4	23,0	43,1	75,3		65,5	37,6	38,1		
Crédito	BP	VH	15,0	15,0	15,1	16,1		13,6	17,7	16,5		
Débito	BP	VH	9,8	8,9	4,1	3,0		0,7	8,1	6,0		
BENS E SERVIÇOS	BP	VH	-9,7	-15,6	-20,5	-28,7		-30,8	-13,4	-1,7		
Crédito	BP	VH	13,4	14,0	13,7	12,3		8,1	15,0	5,7		
Débito	BP	VH	7,8	8,8	5,2	2,2		-1,3	8,5	4,2		
Por memória:												
Indicadores Avançados de Procura Externa												
Volume de Negócios na Indústria - Mercado Externo	INE	VH	11,0	16,3	16,0	12,3	6,5	9,0	16,4	3,8	1,4	
Novas Encomendas à Indústria - Mercado Externo	INE	VH	17,8	21,7	20,0	11,5	7,4	5,3	5,5	20,5	-4,2	
Inquérito à Ind. Transformadora - Procura Externa	INE	SRE-VE	-14	-14	-11	-7	-2	-2	-9	-1	4	-1

O cenário de manutenção do crescimento apoiado nas exportações mantém-se suportado pelos **indicadores avançados de procura externa** (Quadro 2.6). Os resultados do Inquérito à Indústria Transformadora revelaram nova melhoria da opinião dos empresários sobre a procura Externa no 2º trimestre de 2007. O Índice do Volume de Negócios na Indústria e o Índice de Novas Encomendas para o mercado externo, evoluíram favoravelmente, embora em desaceleração face aos trimestres anteriores. O Banco de Portugal, no Boletim Económico de Verão, manteve as estimativas de crescimento para a Economia Portuguesa em 2007 (1,8%). Esta projecção assenta numa diminuição das estimativas para o consumo privado e num aumento das estimativas para o investimento e exportações. O BP aponta ainda para um défice da balança corrente de 7,9% em 2007 (8,1% em 2008).

Para 2008, o BP reviu em alta as previsões de 2,1% para 2,2%, esperando que o menor contributo da procura interna seja mais do que compensado pelo maior contributo das exportações líquidas.

No Quadro 2.7 apresenta-se um mapa com as previsões de crescimento para a Economia Portuguesa efectuadas por várias instituições.

Quadro 2.7
Previsões para a Economia Portuguesa

Crescimento real em percentagem:	2007					2008				
	OCDE Maio-07	CE Maio-07	FMI Abril-07	PEC (2006-2010)	BP Jul-07	OCDE Maio-07	CE Maio-07	FMI Abril-07	BP Jul-07	PEC (2006-2010)
PIB	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8	2,0	2,0	2,1	2,2	2,4
-Consumo privado	1,4	1,3	1,3*	1,3	1,4	1,8	1,5	-	1,4	2,0
-Consumo Público	-1,0	-0,1	-	-1,3	-0,1	-1,1	0,3	-	0,3	-1,5
-FBCF	0,8	0,4	2,4*	1,9	0,6	5,2	2,9	-	3,1	4,0
-Exportações Bens e Serviços ⁽¹⁾	6,3	6,8	4,9*	7,2	7,2	6,3	5,9	-	6,5	6,8
-Importações Bens e serviços ⁽¹⁾	3,0	3,6	3,5*	3,7	3,4	5,5	4,2	-	4,2	4,3
IHPC (t.v.) ⁽²⁾	2,0	2,3	2,5	2,1	2,5	2,2	2,3	2,4	2,3	2,1
Taxa de Desemprego (% da pop activa)	7,6	7,7	7,4	7,5	-	7,1	7,5	7,3	-	7,2
Saldo Orçamental (% do PIB)	-3,3	-3,5	-3,3	-3,7	-	-2,4	-3,2	-2,6	-	-2,6
Balança Corrente (% PIB) ⁽³⁾	-8,8	-9,5	-9,1	-9,1	-7,9	-9,5	-9,0	-9,1	-8,1	-8,4

(1) No caso do FMI, Exportações e Importações de Bens

(2) No caso do PEC - Índice de Preços no Consumidor (IPC)

(3) No caso do Banco de Portugal, Balança Corrente + Balança de Capital

Fontes: FMI, World Economic Outlook, Abril 2007 e * Staff Report 2006, Article IV Consultation, Outubro de 2006; OCDE, Economic Outlook N°81, Maio de 2007; CE- Comissão Europeia, "Economic Forecasts" - Spring 2007; BP- Boletim Económico, Verão de 2007;

PEC-Programa de Estabilidade e Crescimento 2006-2010, Dezembro de 2006

3. Dinâmica Sectorial

As **contas nacionais** publicadas pelo INE relativas ao 1º trimestre de 2007 apontam para um crescimento homólogo do Valor Acrescentado Bruto (VAB) de 2%, acentuando a tendência de crescimento em relação aos trimestres anteriores. Neste indicador registaram-se evoluções positivas em todos os sectores à excepção da Construção (Quadro 3.1). Relativamente ao **Emprego** (Quadro 3.2), verificou-se um crescimento homólogo de 0,2% no 1º trimestre de 2007, suportado pelas “Actividades Financeiras” e “Electricidade, Gás e Água”, mas condicionado pelos sectores “Outros Serviços” e “Indústria Transformadora”.

Quadro 3.1

Evolução real do VAB por sectores, preços constantes, variação homóloga (%)

	peso, 2006 (%)	2005	2006	1T05	2T05	3T05	4T05	1T06	2T06	3T06	4T06	1T07
Agricultura, Silvicultura, Pescas	3,5	-8,1	8,2	-8,0	-10,2	-9,3	-4,8	3,7	9,1	11,1	9,0	3,6
Electricidade, gás e água	2,9	1,2	4,6	0,7	1,4	1,1	1,7	4,5	2,8	6,0	5,1	3,2
Indústria	16,6	-1,7	1,6	-3,8	-1,6	-1,6	0,4	1,6	-0,1	2,5	2,3	4,0
Construção	5,9	-3,7	-5,3	-3,1	-2,9	-5,5	-3,3	-2,1	-6,7	-6,3	-6,2	-2,4
Comércio, Restaurantes e Hóteis	17,0	1,8	1,8	2,4	2,1	1,4	1,3	0,7	1,6	2,7	2,1	2,7
Transportes e Comunicações	7,4	-1,2	0,5	0,3	-1,9	-1,6	-1,5	-0,7	0,4	0,6	1,7	2,2
Actividades Financeiras e Imobiliárias	15,3	1,6	3,0	0,5	1,2	2,0	2,5	2,6	2,3	3,2	3,7	2,8
Outros Serviços	31,5	1,0	0,6	1,5	1,1	0,8	0,5	0,6	0,6	0,6	0,7	0,8
<i>Por memória:</i>												
Valor Acrescentado Bruto (const)		0,0	1,3	-0,2	0,0	-0,3	0,4	1,0	0,8	1,7	1,7	2,0

Fonte: INE - Contas Nacionais Trimestrais (base 2000) - Março 2007

Quadro 3.2

Evolução do emprego por sectores, variação homóloga (%)

	peso, 2006 (%)	2004	2005	2006	1T05	2T05	3T05	4T05	1T06	2T06	3T06	4T06	1T07
Agricultura, Silvicultura, Pescas	11,7	-3,7	-1,9	-0,4	-2,6	-2,3	-1,0	-1,8	-1,0	1,7	0,2	-2,5	-0,2
Electricidade, gás e água*	0,8	-9,2	-4,1	-0,5	-11,5	-4,0	1,7	-1,7	-4,2	-0,5	-0,7	3,2	24,6
Indústria Transformadora	19,0	-1,6	-3,4	1,2	-0,8	-3,0	-4,0	-5,5	-1,1	0,4	3,3	2,4	-1,2
Construção	10,7	-6,1	1,1	-0,2	-3,1	-0,6	3,2	5,1	1,5	0,8	-2,4	-0,5	1,6
Comércio, Restaurantes e Hotéis	20,0	1,3	0,1	-1,7	-1,3	0,8	-0,4	1,5	-0,6	-1,9	-1,3	-2,9	-0,2
Transportes e Comunicações	4,6	0,4	3,0	8,5	1,6	3,5	4,5	2,2	5,4	10,5	8,0	10,1	1,8
Actividades Financeiras e Imobiliárias	7,5	11,4	-2,6	1,5	-2,3	-0,7	-2,7	-4,6	-4,5	0,2	7,0	3,6	7,7
Outros Serviços	25,6	2,6	3,4	1,7	4,3	3,6	2,9	3,0	4,3	2,1	0,6	-0,2	-2,0
<i>Por memória:</i>													
Emprego - Total		0,1	0,0	0,7	-0,3	0,1	0,1	0,0	0,6	1,0	1,1	0,2	0,2

Fonte: INE - Estatísticas do emprego - 2º trimestre 2006

*Inclui Indústria Extractiva

No que respeita aos indicadores avançados para a **indústria** (Quadro 3.3), o Índice de Produção Industrial publicado pelo INE, registou uma desaceleração no mês de Junho, que contribuiu para fechar o 2º trimestre com uma variação homóloga de 1,9%, inferior à que vinha sendo registada nos trimestres anteriores. O Índice de Volume de Negócios na Indústria, apresentou uma tendência semelhante, fechando o 2º trimestre de 2007 com um crescimento de 5,3% (VH), idêntico ao registado no mesmo trimestre de 2006. O nível de confiança no sector registou uma diminuição em Julho, segundo o Eurostat, situando-se em -4,0 (SRE-VE), valor inferior ao registado nos dois últimos trimestres de 2007. O Índice de Novas Encomendas na Indústria, fecha o trimestre com um valor (3,5%, VH) que reflecte a redução das novas encomendas do mercado externo e do mercado nacional.

No que diz respeito à Indústria Transformadora (Quadro 3.4), o Índice de Produção Industrial fechou o 2º trimestre com valor inferior ao do trimestre anterior (3,9% VH), tendo uma descida menos acentuada que o total da indústria.

Quadro 3.3
Indicadores Sectoriais para a Indústria

Indicadores Trimestrais / Mensais	Fonte	Unidade	4T06	1T07	2T07	Fev-07	Mar-07	Abr-07	Mai-07	Jun-07	Jul-07
Índice de Produção Industrial - Total (cdu, vcs)	INE	VH	4,2	4,3	1,9	5,0	2,4	2,9	2,3	0,6	
Índice Volume Negócios na Indústria	INE	VH	7,2	7,1	5,3	8,1	5,1	10,0	4,5	2,2	
Mercado Nacional	INE	VH	2,4	3,9	4,6	4,3	2,7	6,5	4,9	2,7	
Mercado Externo	INE	VH	16,0	12,3	6,5	14,5	9,0	16,4	3,8	1,4	
Índice de Novas Encomendas na Indústria	INE	VH	10,1	12,5	3,5	10,5	11,6	5,8	8,0	-3,6	
Mercado Nacional	INE	VH	3,5	13,3	0,4	11,5	17,1	6,0	-1,0	-3,2	
Mercado Externo	INE	VH	20,0	11,5	7,4	9,2	5,3	5,5	20,5	-4,2	
Indicador de Confiança na Indústria (vcs)	Eurostat	SRE-VE	-6,0	-2,3	-0,7	-1,0	-1,0	-1,0	0,0	-1,0	-4,0
Índice de Emprego na Indústria	INE	VH	-2,7	-1,9	-1,6	-1,9	-1,9	-1,7	-1,7	-1,5	
Índice de Produção Industrial - Indústria Transformadora (cdu,vcs)	INE	VH	2,5	4,7	3,9	5,6	3,7	6,4	3,9	1,7	
Índice Volume Negócios na Indústria Transformadora	INE	VH	7,1	7,1	5,4	8,2	5,0	9,8	4,9	2,1	
Inquérito de Conjuntura à Indústria Transformadora											
Indicador de confiança na Indústria Transformadora	INE	SRE-VE	-6,1	-2,0	-1,1	-0,7	-1,7	-1,7	0,0	-1,7	-4,3
Carteira de Encomendas Global (tendência)	INE	SRE-VE	-4,0	0,0	-2,0						

Quanto aos Índices de Produção Industrial sectoriais do 2º trimestre, destacam-se pela positiva, os mesmos subsectores que já se haviam evidenciado no trimestre anterior, a “Fabricação de Equipamento Eléctrico e de Óptica”, de “Fabricação de Artigos de Borracha e de Matérias Plásticas” e de “Fabricação de Material de Transporte” (com 16,4%, 12,0% e 10,1%, VH, respectivamente). Apesar do desagravamento sucessivo do Indicador de Confiança, desde o segundo trimestre de 2006, o mês de Julho apresenta um ligeiro agravamento, também evidenciado pela tendência da Carteira de Encomendas Global no 2º trimestre do ano (0,0 no 1º T e -2,0, SRE-VE no 2º T de 2007).

Quadro 3.4
Índice de Produção Industrial por subsecções¹, variação homóloga

	2005	2006	1T07	2T07	Jan-07	Fev-07	Mar-07	Abr-07	Mai-07	Jun-07
Índice de Produção Industrial (Total)	0,3	2,8	4,3	1,9	5,6	5,0	2,4	2,9	2,3	0,6
C- Indústrias extractivas	-2,2	-9,9	8,0	5,9	3,4	7,4	13,2	12,9	10,4	-4,4
CB- Indústrias extractivas, com excepção da extracção de produtos energéticos	-2,2	-9,9	8,0	5,9	3,4	7,4	13,2	12,9	10,4	-4,4
D- Indústrias transformadoras	-1,5	2,3	4,7	3,9	4,9	5,6	3,7	6,4	3,9	1,7
DA- Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	-0,4	3,7	8,6	5,1	9,9	11,2	4,7	10,3	2,7	2,8
DB- Indústria têxtil	-9,0	-4,3	-0,5	-2,8	-1,6	-1,0	0,9	-2,7	-3,4	-2,2
DC- Indústria do couro e dos produtos de couro	-10,1	-8,7	-5,4	-2,6	-6,3	0,9	-10,4	-3,9	-4,1	0,3
DD- Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras	0,3	3,2	3,7	5,5	0,9	2,6	7,5	5,1	8,6	2,9
DE- Fabricação de pasta, de papel e cartão e seus artigos; edição e impressão	1,0	1,8	1,7	-1,7	0,8	1,3	3,0	1,6	-0,1	-6,3
DF- Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e combustível nuclear	2,9	2,7	-9,3	-3,9	-4,1	0,5	-22,2	0,9	-1,4	-10,9
DG- Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais	-0,7	1,6	1,7	1,3	3,7	1,7	-0,2	0,6	5,5	-2,1
DH- Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	11,0	-0,1	11,7	12,0	16,5	9,7	8,8	14,0	13,1	8,8
DI- Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	-2,8	-1,5	-0,1	4,0	-2,8	1,0	1,7	4,9	3,6	3,4
DJ- Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos	-2,3	5,7	0,8	2,7	0,6	1,7	0,1	5,1	0,9	2,2
DK- Fabricação de máquinas e equipamentos, n.e.	-2,3	-3,1	-0,5	0,0	-1,2	-1,2	0,8	-1,3	0,3	1,0
DL- Fabricação de equipamento eléctrico e de óptica	7,3	18,3	18,2	16,4	24,9	17,0	14,3	24,5	16,9	10,4
DM- Fabricação de material de transporte	-6,2	3,7	21,8	10,1	22,4	27,3	16,1	13,9	9,3	7,7
DN- Indústrias transformadoras, n.e.	-9,9	-6,7	0,1	2,5	-7,1	1,0	6,1	7,0	1,3	-0,5
E- Produção e distribuição de electricidade, gás e água	15,9	7,7	1,0	-11,5	11,1	0,7	-7,9	-18,0	-8,7	-7,0
EE- Produção e distribuição de electricidade, gás e água	15,9	7,7	1,0	-11,5	11,1	0,7	-7,9	-18,0	-8,7	-7,0

Fonte: INE

¹ Corrigidos de dias úteis e sazonalidade.

No sector da **Construção** (Quadro 3.5), os indicadores reflectem a manutenção da evolução registada anteriormente. Assinala-se, em Maio, o desagravamento do indicador de produção do sector (-5,4%, VH/VM3M) e do índice de Emprego sectorial (-4,3%, VH), com valores superiores aos registados no 1º trimestre do ano e que, em conjunto com os valores do mês de Abril, perspectivam a possibilidade de o 2º trimestre vir a registar valores mais favoráveis. De acordo com o Banco de Portugal, as vendas de cimento estabilizaram no 2º trimestre relativamente ao primeiro (-4,0%, VH). O nível de confiança do Eurostat para o mês de Julho (-35,0, SRE-VE), mantém-se próximo do valor máximo assinalado no mês anterior. Verifica-se, também em Julho, uma descida nas perspectivas da actividade e de preços para os próximos 3 meses, quando comparadas com os indicadores do 2º trimestre.

Quadro 3.5
Indicadores sectoriais para a Construção

Indicadores Trimestrais / Mensais	Fonte	Unidade	4T06	1T07	2T07	Fev-07	Mar-07	Abr-07	Mai-07	Jun-07	Jul-07
Índice de produção na construção e obras públicas	INE	VH/VM3M	-7,2	-6,8		-7,9	-6,8	-5,9	-5,4		
Vendas de cimento (1)	BP	VH	-6,9	-4,0	-3,9	-6,3	-0,6	-0,6	-5,4	-5,3	
Licenciamento de obras	INE	VH	-9,8	-11,7		-19,6	-13,6	-7,1			
Índice de Novas Encomendas na Construção e Obras Públicas	INE	VH	-1,1	-29,7		:	:	:	:	:	:
Indicador de Confiança na Construção (vcs)	Eurostat	SRE-VE	-40,3	-39,0	-38,3	-37,0	-42,0	-42,0	-40,0	-33,0	-35,0
Inquérito Mensal de Conjuntura à Construção e Obras Públicas											
Indicador de confiança da Construção e Obras Públicas	INE	SRE-VE	-48,7	-43,8	-40,7	-46,5	-42,0	-41,5	-39,5	-41,0	-41,5
Carteira de Encomendas (Conjunto do sector)	INE	SRE-VE	-67,3	-65,7	-60,0	-68,0	-65,0	-63,0	-59,0	-58,0	-62,0
Perspectiva de Emprego - próximos 3 meses (Conjunto do sector)	INE	SRE-VE	-30,0	-22,0	-21,3	-25,0	-19,0	-20,0	-20,0	-24,0	-21,0
Apreciação da actividade nos últimos 3 meses (Conjunto do sector)	INE	SRE-VE	-28,0	-25,3	-22,3	-29,0	-24,0	-20,0	-23,0	-24,0	-24,0
Perspectiva de Preços - próximos 3 meses (Conjunto do sector)	INE	SRE-VE	-20,0	-18,3	-17,7	-18,0	-16,0	-17,0	-18,0	-18,0	-20,0
Índice de Emprego na Construção e Obras Públicas	INE	VH	-6,1	-5,6		-5,7	-5,3	-4,8	-4,3		

(1) Vendas de cimento das empresas nacionais para o mercado interno excluindo importações de cimento.

Relativamente ao sector dos **Serviços** (Quadro 3.6), o indicador de tendência actual do Volume de Vendas sobe consideravelmente (fixando-se em 12,0 SRE-VE), e o Indicador de Confiança dos Serviços regista globalmente uma tendência positiva (10,5, SRE-VE) em todas as suas componentes, com destaque para as Perspectivas de Procura nos próximos 3 meses (19,8, SRE-VE).

Quadro 3.6
Indicadores Sectoriais para os Serviços e Comércio

Indicadores Trimestrais / Mensais	Fonte	Unidade	1T07	2T07	Fev-07	Mar-07	Abr-07	Mai-07	Jun-07	Jul-07
Índice de volume de negócios nos Serviços	INE	VH,M3M	3,7		1,5	3,7	4,4	4,1		
Volume de vendas - tendência actual (vcs)	INE	SRE-VE	6,2	5,4	-2,6	12,6	11,9	4,0	0,3	12,0
Indicador de confiança dos Serviços (vcs)	Eurostat	SRE-VE	17,7	21,0	18,0	17,0	19,0	21,0	23,0	24,0
Indicador de confiança dos Serviços (vcs)	INE	SRE-VE	6,6	9,1	5,7	7,4	12,9	7,9	6,7	10,5
Carteira de encomendas - últimos 3 meses (vcs)	INE	SRE-VE	9,4	9,9	7,5	12,5	15,5	6,4	7,6	9,1
Actividade da empresa - últimos 3 meses (vcs)	INE	SRE-VE	-1,1	4,9	-1,7	1,7	5,2	8,3	1,2	2,5
Perspectivas da procura-próximos 3 meses (vcs)	INE	SRE-VE	11,6	12,7	11,3	8,0	17,9	9,0	11,2	19,8
Índice de Emprego nos Serviços	INE	VH	0,0		0,1	0,2	-0,1	0,0		
Volume de Vendas no Comércio (últimos 3 meses)	INE	SRE-VE	-9,6	-3,7	-9,2	-17,5	-6,7	-4,2	-0,3	0,9
Indicador de confiança no Comércio	INE	SRE-VE	-6,3	-6,5	-5,7	-6,3	-5,3	-6,7	-7,4	-8,8
Perspectivas de actividade (próximos 3 meses)	INE	SRE-VE	6,0	7,2	7,0	7,6	8,4	7,1	6,2	-1,5
Nível de existências	INE	SRE-VE	5,4	6,6	4,2	5,6	4,5	6,9	8,3	7,3
Índice Volume Negócios no Comércio a Retalho (1)	INE	VH, M3M	1,7	-0,2	1,0	1,7	1,1	0,6	-0,2	
Volume de Vendas no Comércio a Retalho (2)	INE	SRE-VE	-13,2	-5,7	-16,7	-22,7	-5,6	-10,7	-0,9	5,4
Indicador de Confiança no Comércio a Retalho (vcs)	Eurostat	SRE-VE	4,0	6,3	4,0	6,0	6,0	7,0	7,0	7,0
Indicador de Confiança no Comércio a Retalho	INE	SRE-VE	-12,2	-12,7	-10,5	-12,0	-11,3	-14,1	-12,5	-15,1
Índice de Emprego no Comércio a Retalho	INE	VH	0,4	1,3	0,5	0,3	1,2	1,3	1,4	
Bens alimentares	INE	VH	1,3	4,7	1,3	1,4	4,2	4,6	5,3	
Bens não alimentares	INE	VH	-0,2	-0,8	0,0	-0,5	-0,7	-0,7	-1,1	
Volume de Vendas no Comércio por Grosso - últimos 3 meses	INE	SRE-VE	-6,8	-2,1	-3,1	-13,4	-7,7	1,2	0,3	-2,7
Encomendas a fornecedores - próximos 3 meses	INE	SRE-VE	-7,1	-7,0	-7,3	-3,6	-5,6	-3,1	-12,4	-6,8
Indicador de Confiança no Comércio por Grosso	INE	SRE-VE	-1,5	-1,4	-1,9	-1,7	-0,4	-0,6	-3,3	-3,7

(1) Valor deflacionado e corrigido de sazonalidade e dias úteis
 (2) Valor corrigido de sazonalidade e dias úteis

No sector do **Comércio**, há a registar em Julho, o valor mais elevado dos últimos 3 anos do indicador de Volume de Vendas (0,9, SRE-VE). No entanto, o Indicador de Confiança no sector regista, em Julho, uma descida (-8,8, SRE-VE) condicionada essencialmente, pela quebra das perspectivas de actividade para os próximos 3 meses (-1,5 SRE-VE). No **Comércio por Grosso** regista-se uma diminuição do indicador

de confiança (-3,7, SRE-VE), inferior no entanto à registada no sector do Comércio. O Índice de Emprego no **Comércio a Retalho** registou no 2º trimestre uma variação homóloga de 1,3%, superando os valores dos cinco trimestres anteriores, assente essencialmente, no subsector dos bens alimentares. O Indicador de Volume de Vendas no Comércio a Retalho registou, no mês de Julho, uma evolução positiva (5,4, SRE-VE), contrariada pela evolução do indicador de confiança que registou uma evolução menos favorável (-15,1, SRE-VE).

Figura 3.1

Indicadores de Confiança

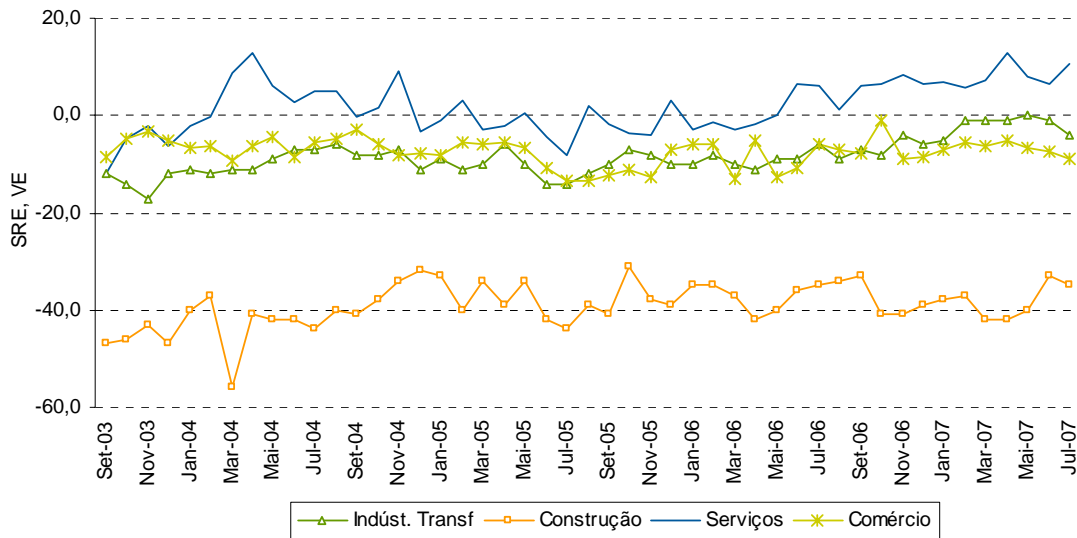
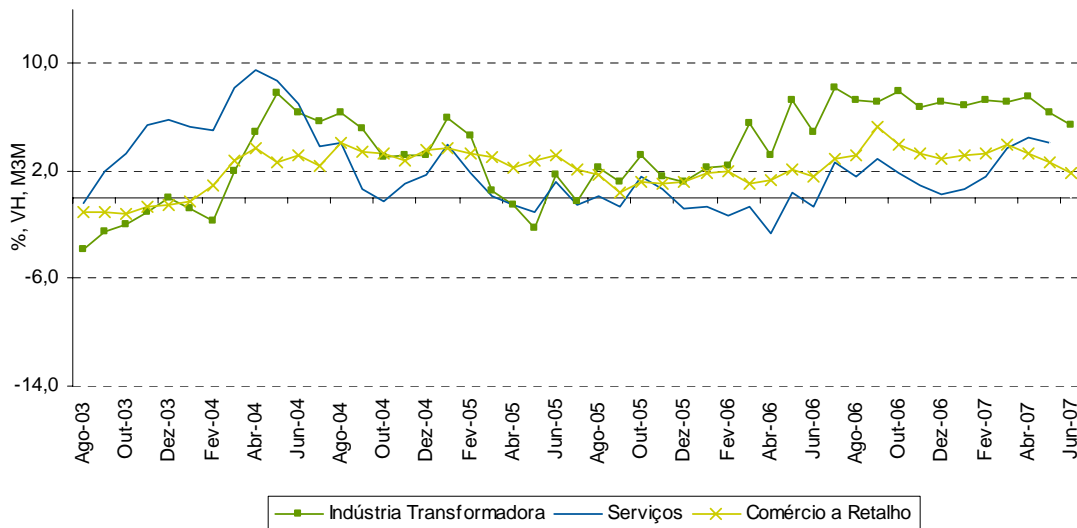


Figura 3.2

Índice de Volume de Negócios



4. Ensaios: Does distance matter for determining regional income in the European Union? An approach through the market potential concept*

Por Jesús López-Rodríguez² e J. Andrés Faíña³

4.1 Introduction

The idea that market access is important for determining regional income dates back at least to Harris (1954) who approximates a market potential function, which expresses the potential demand for goods produced in a location as the sum of the purchasing power in all other locations, weighted by transport costs. The market-potential function has a long history in urban economics, Clark et al.(1969); Dicken and Lloyd (1977); Keeble et al. (1982) focusing instead on the implication for the location of production. Our investigation focuses on the relationship between market potential and income for the European Union (EU) regions over the period 1982-1999. We proved that closeness to large consumer markets or in other words, market potential, was an important explanatory variable for regional income in the early eighties, but it has decreased its significance in determining EU regions income on the 1990's.

4.2 The formulation and significance of market potential

The concept of market potential obeys the following expression:

$$MP_i = \sum_{j \neq i}^n \frac{M_j}{D_{ij}} \quad (1)$$

where MP_i is the market potential of region i , M_j is a measure of the volume of economic activity of region j , D_{ij} is a measure of the distance or transport costs between i and j and n is the number of regions considered.

Market potential at a given location represents an index of the aggregate market demand from the whole structure of population weighing the number of inhabitants by their distance to this location.

In our paper we have constructed the market potential for the NUTS 2 regions of the fifteen EU countries for the years 1982, 1989, 1994, 1997 and 1999 using as a variable of economic activity (M_j) the population of each region. Mathematically, the expression we use to compute the market potential values is the following one:

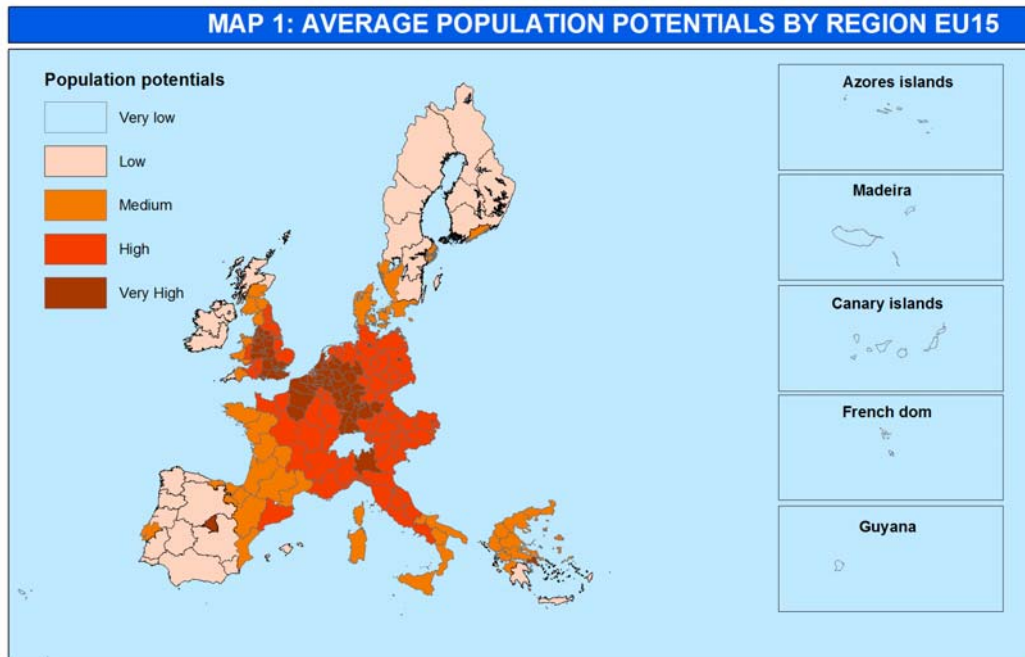
$$MP_i = PO_i + \frac{PO_1}{D_{i,1}} + \dots + \frac{PO_n}{D_{i,n}} = PO_i + \sum_{j \neq i, j=1}^n \frac{PO_j}{D_{i,j}} \quad (2)$$

The results of our computations can be seen in the following map (map 1). Map 1 displays a classification in five levels of our market potential values within the EU15. It has been plot by using Arc Map 8.2 from ESRI.

* As opiniões expressas no artigo são da responsabilidade dos autores não coincidindo necessariamente com as do Ministério da Economia e da Inovação.

²Corresponding author: J. López-Rodríguez (jelopez@udc.es), Department of Economic Analysis and Business Administration, Faculty of Economics, University of A Coruña, A Coruña, 15.071 Campus de Elviña s/n, Spain, Phone number:+34 981 167050 ext:2590 and 2451, Fax:+34 981 167070. This article is a summary of a larger version that came out as "Does distance matter for determining regional income in the European Union? an approach through the market potential concept", *Applied Economics Letters*, vol. 13,6 pp. 385-390, 2006.

³ Universidad de A Coruña e Cátedra Jean Monnet de Economía Industrial Europea.



The market potential values are reflected in the relative shade of the colour used, that is, the darker the shade of the region, the higher its market potential and visa versa. The map reflects a concentric distribution of the market potential values, which has its centre in an area in which the values are the highest, an area that is commonly known as the Golden triangle (Greater Manchester-London-Paris and the Rhur Valley). This area is surrounded by successive envelopes of decreasing market potential values, which eventually reach the Atlantic periphery where the values are lowest.

4.3 Some econometric results

The relationship between the market potential values and the per capita GDP in the EU15 NUTS2 regions for specific years namely, 1982, 1989, 1994, 1997 and 1999 respectively estimating the following model:

$$\text{LnGDPpc}_{i,t} = a + c\text{LnMP}_{i,t} + u_{i,t} \tag{3}$$

The dependent variable is the Log of per capita gross domestic product (*GDPpc*). Figures on per capita income are based on Eurostat data (ESA79) for the years 1982, 1989, 1994 and 1997 and Eurostat data (ESA95) for 1999. Per capita GDP values are in purchasing power parities at constant 1985 prices. The independent variable *MP_i* stands for log of market potential and we use the values we computed in the previous section, *u* is a random disturbance and *c* is the elasticity of per capita GDP with respect to market potential.

Table 1 contains the cross-section estimations of the model (3) for the years 1982, 1989, 1994, 1997 and 1999 respectively. Running the regressions for these years will allow us to evaluate if the explanatory power of market potential is hold constant over the time or if it has experienced some noticeable changes as we move forward testing our model for the last year of our analysis (1999).

Table 1

Market Potential and Regional Income EU15 (1982-1999)					
Dependent Variable: Log (Per Capita GDP)					
Variable	Coefficients				
	(1982)	(1989)	(1994)	(1997)	(1999)
Constant	-0.13 (0.69)	1.94 (0.61)	3.36 (0.51)	3.50** (0.50)	5.12** (0.47)
Market Potential	0.70*** (0.05)	0.55** (0.04)	0.45** (0.03)	0.44** (0.03)	0.32* (0.03)
Estimation	OLS	OLS	OLS	OLS	OLS
F Value	179.10	142.28	132.90	133.82	130.59
R2	0.58	0.47	0.44	0.44	0.42
Number observations	160				

Notes: *** indicates coefficient is significant at 0.01 level, ** significant at 0.05 level * significant 0.10 level
t-statistics are based upon White's heterocedasticity-adjusted standard errors

From the output of the estimations, it can be seen that the coefficients are significant and the signs correspond with theoretical expectations. Moreover, the effects of market potential on regional per capita income are decreasing over time. Market potential explains 58% of the cross-region variation in per capita GDP in 1982 and since then its explanatory power has continuously been decreasing, where in 1997 the R2 of the regression falls by around a quarter to 44% and by 1999 to 42%.

The interpretation of this result is very interesting taking into account that one spatial factor that determines regional income is the closeness to large consumer markets as it is emphasized in demand oriented models of regional growth (Kaldor 1970) and the agglomeration effects of the new economic geography models (NEG). This effect can be captured by our market potential values, so what our results prove is that closeness to large consumer markets or in other words, market potential, was an important explanatory variable for determining regional income in the early eighties and it has decreased its significance in determining regions income on the 1990's. Thus dynamic income regions have also emerged in the periphery, and need not necessarily be close to rich regions.

This fact calls us to think about the possible effects that the "new" European Union regional policy has exerted since the mid eighties. The regional policy of the European Union has an important effect in terms of boosting the growth of peripheral regions and therefore their income levels, so the results showed here could be a proof in that sense.

References

- Clark, C.; Wilson, F.; Bradley, J. (1969) "Industrial Location and Economic Potential in Western Europe", *Regional Studies* 3, pp. 197-212.
- Dicken, P; Lloyd, P. (1977) "Location in Space", New York: Harper and Row
- Harris, C. (1954) "The market as a factor in the localization of industry in the United States", *Annals of the Association of American Geographers* 64 (1954), pp. 315-348.
- Keeble, D.; Owens, P.L.; Thompson, C. (1982) "Regional Accessibility and Economic Potential in the European Community", *Regional Studies* 16. pp. 419-432.
- Lösch, A. (1954) "The Economics of Location", B. Aires: El Ateneo (1957), pp.105-108.

5. Competitividade: *Governance Matters 2007 - Worldwide Governance Indicators 1996-2006*

O Banco Mundial divulga anualmente um estudo sobre indicadores de governança a nível global sob a designação de *Governance Matters - Worldwide Governance Indicators*, tendo em vista medir a *performance* da governança dos países analisados, assim como a sua evolução ao longo do tempo.

O *Governance Matters 2007*⁴ disponibiliza informação para seis dimensões/indicadores agregados de governança, entre 1996 e 2006: “Responsabilização”, “Estabilidade Política e Ausência de Violência”, “Eficácia do Estado”, “Qualidade Regulatória”, “Cumprimento da Lei e Controlo da Corrupção”. Estas dimensões cobrem 212 países e são constituídas por um total de 276 variáveis individuais com origem em 33 fontes diferentes de informação (Quadro 5.1).

Os dados obtidos resultam de centenas de perguntas efectuadas, através de inquéritos de percepção preenchidos por empresas e cidadãos seleccionados de acordo com o seu grau de conhecimento da situação de governança do país e da auscultação de peritos/analistas do país nas respectivas áreas, sendo que cada pergunta é adstrita a uma das seis dimensões, antes da sua agregação.

Na construção dos indicadores agregados é usada uma metodologia estatística de análise de componentes principais em que cada agregado resulta de médias ponderadas dos dados de base em que os pesos reflectem a “precisão” das fontes de dados individuais.

As pontuações dos indicadores agregados variam entre -2,5 e 2,5 e os resultados são apresentados sob a forma de *ranking* em percentil, variando entre 0 e 100, sendo que valores mais elevados significam melhores resultados de qualidade de governança. O estudo refere que a margem de erro associada tem vindo a decrescer ao longo dos anos, mas, mesmo assim, recomenda alguma cautela nas comparações entre países, dada a dificuldade “algo difusa” de medir a governança propriamente dita.

Quadro 5.1

Composição dos indicadores de governança 2006

Dimensões/Indicadores Agregados	Descrição genérica dos indicadores
Responsabilização	Inclui um número de indicadores que medem vários aspectos do processo político, liberdades civis, direitos humanos e políticos, assim como em que medida os cidadãos participam na eleição dos governos.
Estabilidade Política e Ausência de Violência	Combina vários indicadores que medem as percepções de que o governo em funções possa ser desestabilizado ou derrubado por meios inconstitucionais ou violentos, incluindo violência interna e terrorismo.
Eficácia do Estado	Combina respostas sobre a qualidade dos serviços públicos, a "qualidade" da burocracia, a competência dos funcionários públicos, a independência dos serviços públicos face a pressões políticas e a credibilidade dos compromissos governamentais em termos de políticas.
Qualidade Regulatória	Inclui nas políticas propriamente ditas, incluindo políticas "não amigas" do mercado tais como controlos de preços e supervisão bancária inadequada, assim como percepção dos limites impostos pela excessiva regulação em áreas como o comércio externo e o desenvolvimento empresarial.
Cumprimento da Lei	Inclui vários indicadores que medem até que ponto os agentes confiam e aceitam as regras da sociedade. Inclui: percepções da incidência de crimes, eficiência e previsibilidade da justiça e obrigatoriedade de contratos.
Controlo da Corrupção	Mede a "dimensão" da corrupção, convencionalmente definida como o exercício do poder público para ganhos pessoais.

Fonte: Banco Mundial, *Governance Matters 2007, Worldwide Governance Indicators, 1996-2006*

⁴Estudo de Daniel Kaufmann, Aart Kraay, and Massimo Mastruzzi para o Banco Mundial

5.1 Panorama geral e posicionamento nos *rankings* das seis dimensões de governança

Como os indicadores agregados de governança estão sujeitos a diferentes margens de erro, a análise aqui produzida, em termos de comparações entre países e períodos temporais, deve ser entendida em termos indicativos.

A presente abordagem centra-se num grupo de 29 países constituído pelos 27 países da UE, os EUA e o Japão para o ano de 2006 nas seis dimensões de governança (Quadros 5.2 e 5.3).

Em 2006, as posições de topo pertencem à Dinamarca em quatro das seis dimensões: “Responsabilização e Eficácia do Estado” (ambas com percentil 100), “Cumprimento da Lei” (percentil 99,5) e “Qualidade Regulatória” (percentil 99). A Finlândia ocupa o lugar cimeiro na dimensão “Controlo da Corrupção” (percentil 100) e o Luxemburgo na dimensão “Estabilidade Política e Ausência de Violência” (percentil 99,5). Os comportamentos mais desfavoráveis pertencem à Bulgária na dimensão “Cumprimento da Lei” e à Roménia nas cinco restantes dimensões.

Os desempenhos relativos de **Portugal** nas seis dimensões, em 2006, oscilam entre os percentis 90,4 (“Responsabilização”) e 76 (“Estabilidade Política e Ausência de Violência”), por ordem decrescente, do seguinte modo:

- Dimensão “Responsabilização” (percentil 90,4):

Portugal situa-se à frente dos EUA e do Japão e de 15 países da UE, nomeadamente, 3 países da UE15 (Itália, Grécia e Espanha) e os 12 países dos dois alargamentos da UE.

- Dimensões “Cumprimento da Lei” (percentil 82,9) e “Controlo da Corrupção” (percentil 82,5):

Nestas duas dimensões, Portugal apresenta um desempenho relativo idêntico, ainda que os restantes países individualmente detenham posições diferentes. Assim, surge à frente de 13 países da UE, incluindo a Grécia, a Itália e todos os países dos dois últimos alargamentos, com excepção de Malta. Refira-se que é nesta dimensão que a Espanha detém o seu percentil mais elevado (84,8). Na dimensão Cumprimento da Lei o intervalo entre a melhor posição (99,5 da Dinamarca) e a pior (50 da Bulgária) é o maior, ex-aequo com a dimensão “Estabilidade Política e Ausência de Violência”.

- Dimensão “Qualidade Regulatória” (percentil 81):

Nesta dimensão, Portugal está em melhor posição que a Itália e a Grécia e que 5 países dos últimos alargamentos, a saber, a República Checa, a Eslovénia, a Polónia, a Bulgária e a Roménia. As performances dos países em análise variam entre os percentis 99 (Dinamarca) e 62 (Roménia) correspondendo ao menor intervalo entre as seis dimensões. Os EUA têm aqui a sua melhor *performance*.

- Dimensão “Eficácia do Estado” (percentil 79,1)

Portugal aparece à frente da Grécia e da Itália e de 7 países dos dois alargamentos, nomeadamente, Hungria e Polónia.

- Dimensão “Estabilidade Política e Ausência de Violência” (percentil 76):

Portugal apresenta, nesta dimensão, o seu melhor desempenho em termos relativos face ao grupo de países seleccionados sendo de realçar que o intervalo entre a melhor posição (Luxemburgo no percentil 99,5) e a pior (Roménia no percentil 50) é o mais alargado, ex-aequo com o da dimensão “Cumprimento da Lei”. Assim, Portugal ultrapassa os EUA e 17 países da UE, nomeadamente 9 países da UE15 (Alemanha, Dinamarca, Holanda, Bélgica, Grécia, França, Reino Unido, Espanha e Itália), e quase todos os países dos dois alargamentos da UE, com excepção de Malta, Eslovénia, Lituânia e Eslováquia. Verifica-se que a grande maioria dos países em análise têm a sua pior *performance* nesta dimensão, designadamente, a Espanha (percentil 58,2) e os EUA (percentil 57,7).

Quadro 5.2
Rankings das dimensões Responsabilização, Estabilidade Política e Eficácia do Estado

Países	Responsabilização			Países	Estabilidade Política e Ausência de Violência			Países	Eficácia do Estado		
	2006	2002	1996		2006	2002	1996		2006	2002	1996
Dinamarca	100,0	99,5	97,6	Luxemburgo	99,5	100,0	89,9	Dinamarca	100,0	98,6	97,2
Holanda	99,0	97,1	98,1	Finlândia	99,0	99,5	93,8	Finlândia	97,6	99,5	95,7
Finlândia	98,1	100,0	96,7	Malta	92,3	98,6	93,3	Suécia	96,7	96,7	96,2
Luxemburgo	97,6	92,3	93,8	Irlanda	89,4	96,2	78,8	Holanda	95,3	98,1	98,6
Suécia	96,6	98,6	97,1	Suécia	88,0	96,6	99,5	Reino Unido	94,8	94,3	95,3
Áustria	96,2	91,3	92,8	Japão	85,1	86,5	76,0	Luxemburgo	93,4	99,1	99,1
Alemanha	95,7	95,7	90,4	Eslovénia	82,7	95,2	80,8	EUA	92,9	91,5	96,7
Bélgica	94,7	93,3	89,0	Áustria	82,2	95,7	95,2	Bélgica	92,4	96,2	92,9
Irlanda	93,3	88,9	88,5	Lituânia	78,4	82,2	57,2	Áustria	91,9	93,8	93,8
Reino Unido	92,8	90,4	79,4	Eslováquia	76,4	77,9	69,7	Irlanda	91,0	91,0	92,4
França	92,3	84,1	80,9	PORTUGAL	76,0	94,7	88,5	Alemanha	90,5	91,9	94,8
PORTUGAL	90,4	90,9	90,9	Alemanha	75,0	84,6	92,8	Japão	88,2	82,5	87,2
Malta	89,9	89,9	87,6	Dinamarca	74,0	94,2	81,3	Chipre	87,2	88,6	87,7
Hungria	87,0	87,5	83,3	Letónia	73,6	79,8	59,6	Malta	86,3	84,8	48,8
Itália	86,5	78,4	76,6	Estónia	71,2	80,8	69,2	França	85,8	90,0	91,5
Chipre	86,1	87,0	85,2	Holanda	70,7	93,3	94,7	Estónia	85,3	80,1	75,8
Eslovénia	84,6	85,1	85,6	Rep. Checa	70,2	80,3	79,3	Eslovénia	84,4	80,6	78,7
EUA	83,7	92,8	91,4	Bélgica	69,2	87,0	77,9	Espanha	82,5	93,4	91,0
Grécia	81,3	79,8	69,4	Hungria	66,8	82,7	63,5	Rep. Checa	80,1	78,7	79,1
Espanha	80,3	89,4	87,1	Grécia	63,0	68,8	55,8	PORTUGAL	79,1	85,8	84,8
Estónia	78,8	77,9	75,1	França	61,5	78,8	76,4	Eslováquia	78,2	68,7	75,4
Eslováquia	78,4	76,9	58,4	Reino Unido	61,1	72,6	76,9	Lituânia	77,3	74,4	41,7
Rep. Checa	77,4	78,8	77,0	Chipre	60,6	52,4	60,6	Letónia	73,5	74,9	35,5
Polónia	76,9	83,2	78,5	Espanha	58,2	63,5	55,3	Hungria	72,5	82,9	76,8
Lituânia	76,0	74,0	75,6	EUA	57,7	55,3	78,4	Grécia	71,1	79,6	78,2
Japão	75,5	76,4	72,2	Bulgária	57,2	63,0	37,0	Polónia	69,2	71,1	77,7
Letónia	72,6	71,6	68,4	Itália	56,3	69,7	61,1	Itália	67,3	79,1	82,5
Bulgária	65,4	65,9	51,2	Polónia	54,3	66,8	61,5	Bulgária	60,2	63,5	15,6
Roménia	61,5	62,0	54,5	Roménia	50,0	56,7	56,3	Roménia	53,6	51,2	23,7

Fonte: Banco Mundial, Governance Matters 2007, Worldwide Governance Indicators, 1996-2006

Quadro 5.3
Rankings das dimensões Qualidade Regulatória, Cumprimento da Lei e Controlo da Corrupção

Países	Qualidade Regulatória			Países	Cumprimento da Lei			Países	Controlo da Corrupção		
	2006	2002	1996		2006	2002	1996		2006	2002	1996
Dinamarca	99,0	98,0	95,6	Dinamarca	99,5	97,6	98,1	Finlândia	100,0	100,0	99,5
Luxemburgo	98,5	100,0	96,6	Finlândia	98,1	98,6	98,6	Dinamarca	99,0	98,5	99,0
Reino Unido	98,0	97,1	98,0	Áustria	97,1	97,1	97,6	Suécia	97,6	98,1	98,1
Irlanda	97,6	97,6	96,1	Suécia	96,7	96,7	97,1	Holanda	96,1	96,1	97,1
Finlândia	97,1	99,5	92,7	Luxemburgo	95,7	100,0	91,9	Luxemburgo	95,6	97,1	94,2
Holanda	95,6	99,0	97,1	Alemanha	94,3	93,3	95,2	Áustria	94,7	94,2	94,7
Áustria	94,6	94,6	93,2	Holanda	93,8	94,8	95,7	Reino Unido	93,7	95,1	96,1
EUA	93,7	92,2	94,6	Reino Unido	93,3	94,3	96,2	Alemanha	93,2	93,7	95,1
Suécia	92,7	95,6	91,2	Irlanda	92,4	92,9	93,3	Irlanda	92,2	92,2	93,2
Estónia	92,2	88,8	97,6	EUA	91,9	92,4	93,8	França	91,7	89,3	89,8
Alemanha	91,2	93,7	90,2	Malta	91,4	89,0	64,8	Bélgica	91,3	91,7	86,9
Bélgica	87,8	90,7	87,3	Bélgica	91,0	90,0	91,4	Japão	90,3	85,0	85,4
Japão	87,3	68,3	67,3	Japão	90,0	88,6	91,0	EUA	89,3	93,2	92,2
Chipre	86,8	85,9	94,1	França	89,5	87,6	89,0	Malta	84,5	79,1	65,0
Malta	86,3	82,0	82,0	Espanha	84,8	87,1	88,6	Espanha	84,0	89,8	84,5
Hungria	85,9	86,8	73,2	PORTUGAL	82,9	86,7	84,8	PORTUGAL	82,5	86,4	91,3
Eslováquia	83,4	76,6	60,0	Chipre	81,9	76,7	73,8	Eslovénia	81,1	77,7	84,0
França	82,9	81,5	81,5	Estónia	80,5	70,0	65,7	Estónia	80,1	74,3	56,8
Letónia	82,4	78,0	83,9	Eslovénia	75,2	81,4	80,0	Chipre	79,1	81,6	91,7
Espanha	82,0	88,3	85,9	Hungria	73,8	75,7	78,6	Hungria	69,9	72,8	76,7
Lituânia	81,5	83,4	76,6	Rep. Checa	73,3	71,0	78,1	Grécia	68,9	72,3	68,4
PORTUGAL	81,0	87,3	89,3	Grécia	67,6	69,5	81,0	Letónia	68,4	58,7	28,2
Rep. Checa	79,5	83,9	85,4	Letónia	63,8	63,3	58,6	Rep. Checa	66,0	68,0	74,8
Itália	74,1	79,0	75,1	Lituânia	61,9	64,3	62,4	Eslováquia	65,5	60,2	70,4
Grécia	73,2	80,5	78,5	Eslováquia	61,4	62,9	59,5	Itália	64,1	76,7	72,8
Eslovénia	72,7	75,1	82,4	Itália	60,0	72,9	82,4	Polónia	60,2	67,0	69,9
Polónia	69,3	70,2	68,3	Polónia	59,0	66,2	70,5	Lituânia	59,7	63,6	50,5
Bulgária	66,3	67,8	54,6	Roménia	50,5	48,1	51,0	Bulgária	57,3	53,4	25,7
Roménia	62,0	54,6	33,2	Bulgária	50,0	52,9	52,9	Roménia	53,4	44,7	48,5

Fonte: Banco Mundial, Governance Matters 2007, Worldwide Governance Indicators, 1996-2006

6. Agenda

6.1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
Turismo	<p>Apostando na excelência dos recursos humanos no Turismo o Governo apresentou um conjunto de medidas, que entrarão em vigor no próximo ano lectivo, e que concretizam um dos projectos previstos no Plano Estratégico Nacional de Turismo de qualificação dos recursos humanos.</p> <p>Neste sentido, o Ministro da Economia e da Inovação numa sessão de apresentação realizada em meados de Julho, em Faro, anunciou o novo Centro de Formação Avançada em Turismo, resultante de uma parceria entre o Turismo de Portugal, o ISCTE e a Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, e que tem como missão a investigação, a divulgação e o ensino pós-graduado universitário em matérias relacionadas com o turismo, em particular nas áreas de liderança, empreendedorismo, marketing, inovação, gestão e estratégia.</p> <p>Foram apresentados projectos-piloto de formação <i>on job</i> com Grupos Hoteleiros, evidenciando as boas práticas já em vigor em países como a Suíça e a França, bem como os novos planos curriculares de formação turística, a entrarem em vigor no próximo ano lectivo nas Escolas de Hotelaria e Turismo. Estes prevêem uma formação mais aprofundada de línguas estrangeiras e da formação tecnológica e comportamental.</p> <p>Foram assinados protocolos com várias associações empresariais do sector do turismo para uma identificação conjunta dos défices de qualificação profissional, num processo de contínua aproximação às expectativas e necessidades das empresas ligadas ao turismo, em matéria de competências específicas dos profissionais do sector.</p>
Enquadramento Nacional dos Sistemas de Incentivos ao Investimento das Empresas	<p>O Comunicado do Conselho de Ministros, de 12 de Julho de 2007, informa que foi aprovado o Decreto-Lei que regula o Enquadramento Nacional dos Sistemas de Incentivos ao Investimento das Empresas. Focalizado na promoção da competitividade empresarial e territorial, define as condições e as regras a observar pelos sistemas de incentivos ao investimento nas empresas, aplicáveis no território do Continente, durante o período de 2007 a 2013.</p> <p>Este Decreto-Lei tem como objectivo definir as condições a que deve estar sujeita a utilização dos sistemas de incentivos ao investimento das empresas, enquanto instrumento fundamental das políticas públicas de dinamização económica, designadamente em matéria da promoção da inovação e do desenvolvimento regional, independentemente da sua fonte de financiamento comunitária, nacional ou de outra natureza, com o duplo objectivo de:</p> <ul style="list-style-type: none"> i) Assegurar coerência estratégica e operacional em matéria de sistemas de incentivos, garantindo uma clara focalização deste instrumento na promoção da inovação nas empresas e na dinamização de um perfil de especialização assente em actividades com potencial de crescimento, que favoreça o desenvolvimento territorial e a internacionalização da economia; ii) Definir um padrão comum e coerente com as prioridades estratégicas nacionais que norteie a diversidade de actores institucionais (públicos e privados) em matéria de incentivos às empresas, permitindo uma melhor coordenação nacional deste instrumento.

Iniciativa	Sumário
------------	---------

O diploma prevê, ainda, as condições em que os sistemas de incentivo poderão apoiar projectos de investimento que promovam o empreendedorismo feminino, o empreendedorismo jovem ou a conciliação entre a vida familiar e a vida profissional.

Assim, definem-se, sem prejuízo da necessidade de observância dos normativos comunitários aplicáveis, as condições básicas que se aplicarão na criação de sistemas de incentivos ao investimento empresarial, nomeadamente nos seguintes aspectos:

- Identifica os enquadramentos comunitários aplicáveis e a necessidade de lhes dar cumprimento;
- Define o âmbito sectorial e territorial e as tipologias de incentivos abrangidos;
- Estabelece as tipologias de projectos a apoiar, privilegiando os investimentos ligados à inovação, ao empreendedorismo e aos factores mais imateriais da competitividade;
- Reflecte as prioridades das políticas públicas de apoio à inovação e de desenvolvimento territorial;
- Define os limites percentuais máximos de incentivos, privilegiando a inovação e os factores qualitativos da competitividade empresarial;
- Impõe as condições mínimas de elegibilidade dos promotores e dos projectos e define as despesas não elegíveis;
- Determina o processo administrativo de criação de sistemas de incentivos às empresas, estabelecendo o princípio de coordenação nacional;
- Estabelece as linhas de orientação para a definição das responsabilidades regionais e nacionais em matéria de gestão de sistemas de incentivos.

Os incentivos a conceder podem revestir-se, das seguintes formas:

- Incentivos não reembolsáveis;
- Incentivos reembolsáveis;
- Bonificações da taxa de juro.

Ficam excluídos do âmbito das regras definidas por este diploma, atendendo ao enquadramento legislativo próprio ou à sua especificidade, os incentivos de natureza fiscal, os incentivos ao emprego e à formação profissional e os regimes de incentivos específicos co-financiados pelo FEADER (Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural) e Fundo Europeu para as Pescas (FEP).

Marca na Hora

O Conselho de Ministros de 19 de Julho de 2007 aprovou o Decreto-Lei que aprova um regime especial de aquisição imediata e de aquisição on-line de marca registada. Altera o Código da Propriedade Industrial, o Código do Registo Comercial, o Decreto-Lei n.º 145/85, de 8 de Maio, o Decreto-Lei n.º 111/2005, de 8 de Julho, o Decreto-Lei n.º 125/2006, de 29 de Junho e o regime jurídico dos procedimentos administrativos de dissolução e de liquidação de entidades comerciais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de Março.

Iniciativa
Sumário

No contexto do Programa Simplex, este Decreto-Lei vem permitir a obtenção imediata de uma marca registada – Marca na Hora – independentemente da constituição de uma Empresa na Hora. Por outro lado, é garantida a disponibilização do serviço «Marca na Hora» através da Internet.

De facto, até hoje só era possível obter uma «Marca na Hora» aquando da constituição de uma «Empresa na Hora». Com a aprovação deste diploma, o serviço «Marca na Hora» passa a estar disponível a qualquer interessado, independentemente de pretender, ou não, constituir uma empresa.

Este serviço permite a aquisição imediata de uma marca, pré-registada e pré-aprovada a favor do Estado, escolhida numa bolsa criada para o efeito, em atendimento presencial único. Desta forma, o processo de obtenção de uma marca, que actualmente chega a atingir os 16 meses, passa a ser imediato.

Esta iniciativa, agora aprovada, levará conseqüentemente à reformulação e uniformização de alguns dos procedimentos constantes do regime especial de constituição imediata de sociedades que criou a «Empresa na Hora», do regime que permite a constituição de empresas on-line e do Código da Propriedade Industrial.

Investimento

Em Conselho de Ministros de 26 de Julho de 2007 foram aprovados os seguintes diplomas

- Resolução do Conselho de Ministros que aprova as minutas do Contrato de Investimento e respectivos Anexos, a celebrar entre Estado Português e a Lactogal, SGPS, SA., a Agros, União das Cooperativas de Produtores de Leite de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes, UCRL, a Proleite, Cooperativa Agrícola de Produtores de Leite do Centro Litoral, CRL, a Lacticoop, União das Cooperativas de Produtores de Leite de Entre Douro e Mondego, UCRL, e a Lactogal, Produtos Alimentares, S.A.

Este projecto visa a expansão da capacidade de produção da unidade industrial da Lactogal situada em Modivas tratando-se de um projecto de grande dimensão, de carácter estruturante e estratégico para o sector agro-alimentar, que desenvolve toda a fileira leiteira, com forte indução à criação de postos de trabalho directos e indirectos.

Este investimento prevê a criação de 250 postos de trabalho permanentes, bem como a manutenção dos 134 postos de trabalho já existentes, consolidando cerca de 1.700 postos de trabalho directos e dezenas de milhar de postos indirectos.

- Resolução do Conselho de Ministros que aprova as minutas do Contrato de Investimento e respectivos Anexos, a celebrar pelo Estado Português, e a Corticeira Amorim SGPS, S. A., e a Amorim Revestimentos, S. A., que tem por objecto a modernização de duas unidades industriais desta última sociedade, localizadas em Lourosa e São Paio de Oleiros.

A estratégia de internacionalização representa outro objectivo deste projecto de investimento que pretende atingir um significativo aumento de exportações, promovendo a Amorim Revestimentos, S.A., no mercado exterior.

O investimento em causa supera os 13 milhões de euros, prevendo-se a criação de 6 postos de trabalho e a manutenção de 517, bem como alcançar no período de 2004 a 2008 um valor de vendas de 406.7 milhões de euros, e de 2004 a 2013 (período de vigência do contrato) atingir um valor de 876.1 milhões de euros

6.2. Selecção de medidas legislativas

Assunto Diploma	Sumário
<p><i>Registo Comercial Online</i></p> <p>Despacho n.º 14 871/2007 do Ministério da Justiça - II Série - Parte C n.º 131, de 10/07</p>	<p>Determina a possibilidade de prática por via electrónica dos seguintes actos de registo comercial: penhor, penhora, arresto, amortização de quotas, mandato, contrato de agência, rectificação e cancelamento de registos por depósito on-line, projecto de fusão e projecto de cisão. São também possíveis, por esta mesma via, os seguintes registos a efectuar por transcrição: conversão de registos provisórios on-line, transformação de sociedade, alteração do contrato social, aumento de capital, redução de capital social, fusão e cisão-fusão. É possível proceder a este tipo de registos on-line a partir de 10 de Julho de 2007.</p>
<p><i>MIBEL - Entidade Gestora dos Mercados</i></p> <p>Portaria n.º 782/2007 - I Série n.º 138, de 19/07</p>	<p>Reconhece a entidade gestora dos mercados diários e intra-diário do MIBEL e estabelece as regras especiais ou obrigações de aquisição de energia pelo comercializador de último recurso.</p>
<p><i>Energias Renováveis Rectificação</i></p> <p>Declaração de Rectificação n.º 71/2007 - I Série n.º 141, de 24/07</p>	<p>Rectifica diversas inexactidões com que foi publicado o Decreto-Lei n.º 225/2007, de 31 de Maio, que concretizou um conjunto de medidas ligadas às energias renováveis previstas na estratégia nacional para a energia visando facilitar e agilizar o licenciamento deste tipo de energias.</p>
<p><i>Mercado Ibérico de Electricidade (MIBEL)</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 264/2007 - I Série n.º 141, de 24/07</p>	<p>Concretiza um conjunto de medidas destinadas à implementação do Mercado Ibérico de Electricidade (MIBEL). Assim, o presente diploma clarifica o regime de atribuição de licenças de produção dos centros electroprodutores abrangidos no processo de cessação antecipada dos Contratos de Aquisição de Energia (CAE). No contexto actual de vigência dos CAE, os produtores são titulares de licenças de produção em regime de mercado regulado. Com a cessação antecipada destes contratos, torna-se necessário atribuir novas licenças de produção, mas agora em regime de mercado concorrencial. Estabelece também um novo regime relativo à aquisição de energia eléctrica pelo comercializador de último recurso e modifica as regras de escoamento da energia produzida nos centros electroprodutores correspondentes aos CAE remanescentes. Estas alterações põem em prática os recentes Acordos entre Portugal e Espanha com vista à concretização do MIBEL. O presente diploma entra em vigor a 25 de Julho de 2007 e altera os Decretos-Leis.240/2004, de 27 de Dezembro, e 172/2006, de 23 de Agosto.</p>
<p><i>Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 282/2007 – I Série n.º 151, de 07/08</p>	<p>Altera o Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 53/2004, de 18 de Março, e o Estatuto do Administrador da Insolvência, aprovado pela Lei n.º 32/2004, de 22 de Julho. O Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas (CIRE) vigora apenas desde 2004, pelo que se revelaria precipitado proceder a uma revisão de fundo de um regime ainda muito recente e que carece de ser adequadamente testado. Não obstante, no desenvolvimento do exercício permanente de identificação de estrangulamentos no sistema judicial, foram registadas várias dificuldades relacionadas com a aplicação prática do CIRE, que não podem deixar de ter resposta. O presente decreto-lei visa, portanto, adoptar soluções pontuais que contribuam para a eliminação de estrangulamentos no sistema da insolvência, bem como resolver algumas dificuldades práticas de aplicação deste novo regime. Em primeiro lugar, e atendendo ao quadro legal vigente, nomeadamente à configuração do Diário da República como um serviço público de acesso universal e gratuito a todos os interessados, é eliminada a necessidade de publicação de anúncios em jornais diários de grande circulação nacional. Em segundo lugar, para assegurar que o processo de insolvência é utilizado quando exista património efectivamente disponível e para evitar que se desenvolvam formalidades sem efeito útil, estabelece-se uma presunção de insuficiência da massa falida, nos casos em que o património do devedor seja inferior a (euro) 5000, assim viabilizando uma célere resolução do processo quando o património do devedor é manifestamente insuficiente para cobrir as dívidas da massa insolvente. Em terceiro lugar, ainda por forma a garantir a efectiva realização das operações associadas ao processo de insolvência, altera-se o regime do pagamento das remunerações e provisões dos administradores da insolvência, introduzindo mais rapidez na disponibilização dos fundos necessários à realização de operações de insolvência. Finalmente, em quarto lugar, é restringida a possibilidade de designação de um administrador da insolvência na petição inicial aos casos em que seja exigida a prática de actos que requeiram especiais conhecimentos.</p>

6.3. Em agenda

Evento	Local	Data prevista
Reunião Informal de Ministros do Ambiente	Lisboa	31 de Agosto e 1 de Setembro 2007
Plenária do Parlamento Europeu	Estrasburgo	3 e 6 de Setembro de 2007
Conferência sobre <i>e-Justice</i>	Lisboa	3 e 4 de Setembro de 2007
Reunião Informal de Ministros dos Negócios Estrangeiros	Viana de Castelo	7 e 8 de Setembro de 2007
Conferência Internacional sobre Construção Sustentável	Lisboa	12 a 14 de Setembro de 2007
Conferência – Os Desafios Centrais da Flexigurança	Lisboa	13 e 14 de Setembro de 2007
Reunião informal de Ministros ECOFIN	Porto	14 e 15 de Setembro de 2007

Abreviaturas utilizadas

VH	Varição homóloga
VH real	Varição homóloga real
M3M	Média móvel de 3 meses
VH/M3M	Varição homóloga da média móvel de 3 meses
v.c.s.	Valores corrigidos de sazonalidade
VE	Valor efectivo
N/(M12M) N-12	Valor do mês N dividido pela média móvel de 12 meses, centrada em N-12
SRE-VE	Saldo das respostas extremas (valor efectivo)
BP	Banco de Portugal
BCE	Banco Central Europeu
CE	Comissão Europeia
Eurostat	Gabinete de Estatísticas da União Europeia
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
FMI	Fundo Monetário Internacional
IHPC	Índice harmonizado de preços no consumidor
IPC	Índice de Preços no Consumidor
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional
INE	Instituto Nacional de Estatística
FOB	“Free on Board”
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
PEC	Plano de Estabilidade e Crescimento
PIB	Produto Interno Bruto
UE	União Europeia